



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

***BATALHA BRASÍLIA: O FANTASMA DO RETORNISMO NAS  
PÁGINAS DO CORREIO BRAZILIENSE (1960-1964)***

RAFAEL SOUTO PEREIRA  
BRASÍLIA - 2021

**RAFAEL SOUTO PEREIRA**

***BATALHA BRASÍLIA: O FANTASMA DO RETORNISMO NAS  
PÁGINAS DO CORREIO BRAZILIENSE (1960-1964)***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

**Orientador:** Profa. Dra. Cristiane Assis Portela

DATA DA DEFESA: 05/11/2021

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Cristiane de Assis Portela (Universidade de Brasília)

---

Prof. Dr. Deusdedith Alves Rocha Jr. (Centro Universitário de Brasília)

---

Profa. Dra. Michelle dos Santos (Universidade Estadual de Goiás)

**BRASÍLIA - 2021**

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais, que mesmo com todas as adversidades impostas pela origem humilde não mediram esforços para formar os dois filhos na Universidade de Brasília. Agradeço ao meu irmão, primeiro membro da família a ter acesso a uma graduação e mestrado em uma Universidade Federal, pelos conselhos e exemplo a respeito do papel transformador da educação.

Agradeço à Professora Cristiane Portela, que diante da carga de trabalho e dos desafios da educação à distância decorrentes da pandemia da covid-19, foi excepcional no processo de orientação e pela disposição em ouvir todos áudios que enviei pelo WhatsApp. Agradeço também a todos professores do Departamento de História.

E especial agradecimento dou ao papel social desempenhado pelo governo do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2016, conduzido pelo ex-presidente Lula e pela ex-presidenta Dilma Rousseff, através da promoção de políticas públicas de expansão do ensino superior no Brasil, medidas para garantir a permanência na Universidade e assistir aos milhões de menos favorecidos deste país tão desigual. Tenho plena convicção de que a formação acadêmica que conquistei até o momento se deve ao apoio da minha família, à minha dedicação e, em grande medida, à essas políticas públicas, que infelizmente vêm sofrendo um projeto de desmonte.

## Resumo

Este trabalho busca problematizar mudanças e permanências entre dois movimentos lidos como distintos pela historiografia do Distrito Federal: o "antimudancismo" (em voga no período anterior e correspondente aos anos de construção de Brasília, 1956 a 1960) e o chamado "retornismo" (desencadeado no momento imediatamente posterior à inauguração da nova capital em 1960). Para fins de análise, tomamos como mote um episódio identificado nas páginas do *Correio Braziliense*, o chamado Levante da Turma da Boa Vontade, mas ampliamos o escopo de análise, recorrendo a uma análise dos discursos e representações construídos por este periódico no período entre 1960 e 1964. Dialogando com autores diversos e identificando diferentes sujeitos que participaram desse processo histórico, a partir de uma chave de leitura crítica, verificamos, no conflito entre os imaginários retornista e anti-retornista dos primeiros anos da década de 1960, a reelaboração de um debate mudancista/anti-mudancista, ao mesmo tempo que verificamos a entrada em cena de novos argumentos, elementos-chave e personagens que permitem vislumbrar contranarrativas acerca da história do Distrito Federal.

**Palavras-Chave:** fontes documentais, construção de Brasília, mudancismo/antimudancismo, retornismo, historiografia do DF, *Correio Braziliense*, Levante da Turma da Boa Vontade.

### **Abstract:**

This work seeks to problematize changes and permanencies between two movements seen as distinct by the historiography of the Federal District: the "anti-mudancismo" (in vogue in the previous period and corresponding to the years of construction of Brasília, 1956 to 1960) and the so-called "retornismo" (triggered at the time immediately after the inauguration of the new capital in 1960). For analysis purposes, we took as a motto and identified in the pages of the *Correio Braziliense*, the so-called Levante da Turma da Boa Vontade, but we expanded the scope of analysis, using an analysis of the discourses and representations constructed by this periodical in the period between 1960 and 1964. Dialoguing with different authors and identifying different subjects who

participated in this historical process, from a critical reading key, we verified, in the conflict between the retornimo and anti-retornismo imaginaries of the early 1960s, the re-elaboration of a debate mudancismo/ anti mudancismo, at the same time that we verify the entry into the scene of new arguments, key elements and characters that allow us to glimpse counter-narratives about the history of the Federal District.

**Keywords:** documentary sources, Brasília construction, change/anti-change, retornismo, DF historiography, Correio Braziliense, Levante da Turma da Boa Vontade.

<b>Introdução</b>	5
<b>CAPÍTULO 1: HISTÓRIAS DE BRASÍLIA: NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E SUAS CONTRADIÇÕES</b>	11
1.1 A criação mitológica da cidade	11
1.2 Brasília de JK e suas contradições	19
1.3 Ausências e contradições na construção simbólica da cidade	26
<b>Capítulo 2 – O “MOVIMENTO RETORNISTA” NAS PÁGINAS DO <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> (1960-1964)</b>	28
2.1 Caminhos para compreender o conflito entre os “imaginários retornista e anti-retornista” nas páginas do <i>Correio Braziliense</i> (1960-1964)	28
2.2 Ponto de partida: O “Levante da Turma da Boa Vontade”	36
2.3 E segue a Batalha Brasília... do “antimudancismo” ao “retornismo”	39
2.4 Brasília depois de JK: incertezas e medo	46
<b>Capítulo 3 – A BUSCA PELA CONSOLIDAÇÃO DA NOVA CAPITAL E O PROTAGONISMO DE AGENTES LOCAIS</b>	49
3.1 A Batalha Brasília no tempo das prefeituras	49
3.1 População, pioneiros e candangos	53
3.3 Acirramento da polarização e declínio do “movimento retornista” nas páginas do <i>Correio</i>	57
<b>Considerações Finais</b>	65
<b>Referências Bibliográficas</b>	69
<b>Corpus Documental consultado na Hemeroteca Digital Brasileira</b>	71

## Introdução

As narrativas tornadas oficiais a respeito da história de Brasília são constituídas de personagens que brilhantemente teriam pensado a cidade muito antes de ela existir. A partir disso, marcos são apresentados como em um encadeamento lógico e inequívoco. Entretanto, entre esses elementos entrelaçados, nomeados como "antecedentes históricos de Brasília", não há uma ligação evidente e nem um sentido de continuidade. Esse empreendimento de evocar o passado para justificar ações do presente é um recurso discursivo de construção simbólica e resultou na atribuição de um caráter mitológico à construção da nova capital e às ações de Juscelino Kubitschek (JK). De discurso oficial, tais antecedentes se convertem em parte de uma narrativa hegemônica, amplamente reproduzida nos relatos sobre a nova capital.

Essas narrativas hegemônicas também são marcadas por ausências e contradições. No sentido de enunciá-las e preencher lacunas na história do Distrito Federal, trabalhos orientados pela busca de pontos de vista contra-hegemônicos vêm sendo produzidos. É em um desses esforços de construir outras narrativas que surge a inspiração para trabalharmos com o objeto desta monografia: o “movimento retornista” nas páginas do *Correio Braziliense* (1960-1964). Ideia que surge no desenrolar do curso “*Outras Brasília(s): ensino de História do DF a partir de fontes documentais*”, oferecido pelo Departamento de História da UnB, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, para formação continuada de docentes da rede pública do DF, e que ocorreu em modalidade remota, devido à pandemia de Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, sob coordenação da professora Cristiane Portela.

Centrado no trabalho com fontes documentais, o curso aborda a história do Distrito Federal sob um ponto de vista crítico, analisando-a em suas nuances, abordando aqueles sujeitos que foram invisibilizados e problematizando as omissões em narrativas oficiais. Assim, estabelecendo uma leitura contranarrativa de fontes oficiais, a proposta é que se reconheçam “outras Brasília(s)”, favorecendo uma pluralização dos temas, abordagens, metodologias e narrativas sobre a história local do Distrito Federal.

Acompanhei o curso como convidado e, em um dos seis módulos, abordou-se um evento que foi nomeado como “Levante da Turma da Boa Vontade”, entendido como mais uma materialização de conflitos entre a cidade imaginada e a vivenciada.

O episódio acontece em meio à agitada situação política e social do país, no sensível ano de 1964, nos dias que antecedem o golpe militar no Brasil. No contexto local, acrescenta-se à crise política, uma quase estagnação das obras da nova capital, o que provoca uma onda de desemprego, a ameaça de remoção de acampamentos e lugares de habitação dos operários, o que aprofunda ainda mais as desigualdades existentes durante todo o período da construção. O “Levante” é marcado por agitação social e protestos em diferentes localidades da cidade, com destaque para a atuação popular em Taguatinga e no Núcleo Bandeirante, e teve ampla cobertura pelo *Correio Braziliense*. Na edição de 19 de março de 1964, que cobre as manifestações populares desencadeadas no dia anterior, uma manchete nos chamou atenção: *Retornistas estimulam crise em Brasília*, associando o chamado “movimento retornista” às tensões sociais e às manifestações que eram objeto de estudo naquele momento.

Em linhas gerais, o que se convencionou chamar na historiografia do DF de “movimento retornista” ou “retornismo” se refere a um conjunto de discursos que envolvem disputas políticas que marcam o período imediatamente posterior à inauguração, em que se destacam as propostas parlamentares de retorno da capital para o Rio de Janeiro, transferência para São Paulo ou a não efetivação da capital, inclusive com proposições de que se atribuísem outros usos às edificações existentes, a exemplo da proposta de transformar as construções em uma cidade universitária. A evidência mais contundente de um “movimento retornista” se apresenta na Reestruturação do Bloco Mudancista no Congresso Nacional em 12 de novembro de 1962, pelo Deputado Emival Caiado, anunciado como reação ao referido movimento<sup>1</sup>.

Na ocasião do debate sobre o Levante da Turma da Boa Vontade no curso Outras Brasília, o “retornismo” suscitou, aos professores cursistas, dúvidas e especulações sobre as suas origens, alinhamentos ideológicos e outras características. Diante disso, diversas indagações surgiram: seria este movimento uma continuação da oposição antimudancista, em voga nos anos da construção (1956 a 1960)? Seria composto pelos mesmos sujeitos, argumentos e reivindicações do movimento precedente? Quais seriam os pontos de mudanças e permanências no

---

<sup>1</sup> Os discursos em reação ao chamado “movimento retornista” podem ser encontrados no acervo da Câmara dos Deputados, disponibilizados no link: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-defesa-da-consolidacao-de-brasilia>

seio do movimento? Seria este um novo movimento envolvendo outros atores, reivindicações e críticas à nova cidade? Enfim, para além da reação ao referido movimento, o que caracteriza efetivamente o “movimento retornista”?

Por conta do “movimento retornista” não ser objeto central de estudo no curso, mas ter chamado a atenção dos envolvidos no curso *Outras Brasília*s, julgamos interessante desenvolver uma pesquisa que aprofundasse estas questões. Outro incômodo percebido naquele momento pelos cursistas foi o de que os marcos que convencionaram contar a história de Brasília pouco dizem sobre o período posterior à inauguração da nova capital. É como se após essa data de inauguração de um Brasil moderno, a história não continuasse a se desenrolar no Distrito Federal, desconsiderando as relações e vivências experimentadas pelos sujeitos que habitam e constroem suas distintas localidades.

Na historiografia do Distrito Federal, há trabalhos sobre este período pós-inauguração<sup>2</sup>, mas também há muitas lacunas, em especial, porque esses trabalhos enfatizam a década de 1960, mas não estão atentos às especificidades locais e do cotidiano do Distrito Federal, naquilo que se refere às mobilizações populares associadas ao período ditatorial. Assim, este trabalho procura também contribuir com esse debate, propondo um olhar atento às especificidades locais que incidem sob o imaginário popular e atribuem sentidos aos discursos do jornal local que já era, naquele momento, o principal veículo midiático do Distrito Federal.

Para isso, decidimos continuar a pesquisa, aprofundando a análise sobre as representações do movimento nas páginas do *Correio Braziliense*. Nosso empreendimento parte de uma pesquisa por palavras-chave como: “movimento retornista”, “retornismo”, “consolidação” e “fixação”, fazendo essa busca na Plataforma da Hemeroteca Nacional Digital. Na fase inicial encontramos cerca de 38 ocorrências entre 1960 e 1964, e percebemos que a partir de 1965 há algumas ocorrências esporádicas, que diminuem até não obtermos nenhuma resposta aos termos procurados. Ao longo das buscas e leitura de trechos coletados, novas palavras-chave são coletadas, como nomes de congressistas supostamente envolvidos no levante. Metodologicamente, vamos também reconhecendo padrões na estrutura do *Correio*

---

<sup>2</sup> É predominante neste período trabalhos que abordam a recém inaugurada cidade sob o ponto de vista da urbanização e suas implicações sociais. A exemplo de Jusselma Duarte de Brito em *Do Plano Piloto a metrópole: a marcha urbana de Brasília*; Marina Salgado Pinto em *História do processo de arborização de Brasília (1960-1970)*; Luiz Aldaberto de Campos Gouvêa em *Brasília. A capital da Segregação e do Controle Social*; dentre outros trabalhos.

*Braziliense*, como o costume de na página 8 continuar manchetes enunciadas na página 1, desenvolvendo temas relacionados a questões políticas e do dia a dia da cidade.

Para organizar os procedimentos de localização e seleção de fontes, elaboramos um formulário para a coleta e organização do *corpus documental*, e fomos reunindo os prints dos trechos coletados, associando-os aos links que permitem o acesso direto à edição, página e data, e fazendo então uma indexação através de palavras-chave. Em posse desse primeiro conjunto de recortes de jornais, partimos para uma pesquisa bibliográfica, necessária para dar subsídio e estabelecer uma metodologia de trabalho com o material coletado.

Essa procura por embasamento, em um primeiro momento, foi orientada pela leitura de bibliografia que trabalha os antecedentes da cidade, visto que os discursos daqueles que reagem ao “movimento retornista”, em grande medida retomavam os argumentos sistematizados nestes antecedentes, fazendo referências recorrentes a eles. Recorremos a autores que fazem leituras críticas às narrativas hegemônicas e apologéticas à construção como grande feito modernista, como Márcio de Oliveira em sua obra *O mito na trajetória da nação*, Laurent Vidal em *De nova Lisboa a Brasília* e Luiz Ricardo Magalhães no artigo “A Terra como Lugar” (parte do trabalho que resulta na obra *Sertão Planaltino: uma outra história de Brasília*). Através dessas leituras compreendemos os objetivos, características e contradições das narrativas oficiais que se tornaram hegemônicas e nos chamou a atenção o empreendimento discursivo de retomar o passado para justificar ações do presente, o que ocorrera durante a construção da nova capital e ganhava novo fôlego desde a reestruturação do Bloco Mudancista em 1962.

Neste momento, assumimos como hipótese a existência de uma relação entre antimudancistas e o retornistas. Para tanto, se fez importante um mapeamento de como se organizam discursivamente as posições favoráveis e contrárias à transferência da capital: os denominados *movimentos mudancista e antimudancista*. Estes discursos perpassam as décadas anteriores ao início das obras da nova capital e se intensificam durante os anos de construção, tendo como principal expoente no polo oposicionista, Carlos Lacerda, através do periódico carioca *Tribuna da Imprensa*, ferrenho opositor de JK.

Para compreender esses movimentos, foi de grande contribuição a dissertação

de mestrado de Michelle dos Santos: *A Construção de Brasília nas Tramas de Imagens e Memórias pela Imprensa Escrita (1956-1960)*. Consta-se que, nos anos de construção da cidade (1956-1960), o caráter epopeico conferido por JK ao projeto, anunciando-o como um antigo anseio da sociedade e um esforço necessário para a modernização do país, busca tornar a cidade quase impermeável a críticas. Entre os expoentes dessa construção simbólica está o circuito de propagandas oficiais da cidade, através de cinejornais e revistas, mas também com ampla repercussão nos periódicos de aliados, favoráveis ao projeto do governo. Michelle dos Santos apresenta o panorama de um intenso e vigoroso movimento oposicionista que, embora por vezes silenciado, também possui planos alternativos para modernização do país, elemento de apreço pela sociedade brasileira na década de 1950.

A partir dessa compreensão, trabalhando com um conjunto inicial de fontes de pesquisa e leituras sobre os elementos que alicerçam a enunciação dos chamados "antecedentes históricos", entendemos que seria importante recorrer à literatura que trata de metodologias de análise de fontes e sobre as especificidades do trabalho com periódicos na pesquisa histórica. Essa contribuição foi encontrada principalmente no livro *História dos e nos periódicos* da historiadora Tânia Regina de Luca. Partimos então para um esforço de identificação de elementos essenciais apresentados por Luca (2008) na pesquisa em periódicos, a exemplo da análise do contexto de produção, da identificação dos alinhamentos ideológicos e limites impostos ao corpo editorial, dos interesses do público alvo etc.

A partir de então, partimos em busca de outros subsídios teóricos para a compreensão do objeto. Recorremos a conceitos como o de "representação", com a contribuição de um importante expoente da história cultural: Roger Chartier, através de sua obra *Inscrever e Apagar*. Acionamos também características do que Bronislaw Baczko conceitua como "imaginário social", conforme explorado por Michelle dos Santos na sua dissertação, favorecendo a análise sobre os imaginários mudancistas e antimudancistas. Também acionamos o conceito de "poder simbólico" em Pierre Bourdieu, para compreender a construção de discursos hegemônicos e sua eficácia no imaginário social.

Partindo deste referencial teórico e metodológico, passamos a nos dedicar a uma análise dos recortes de jornais reunidos durante a pesquisa. Estivemos atentos a uma busca por permanências, mudanças, novos personagens e argumentos no

diálogo entre o movimento mudancista e um imaginário “anti-retornista”.

Estrutturamos o trabalho em três capítulos. No Capítulo 1, *Histórias de Brasília: Narrativas Hegemônicas e suas Contradições*, problematizamos as narrativas mais conhecidas a respeito da cidade, buscando apresentar uma leitura da história do Distrito Federal sob um ponto de vista crítico. Anunciando omissões e contradições nos marcos e personagens apontados como “antecedentes históricos” da cidade, sedimentamos um terreno em que se torna possível construir contranarrativas.

No Capítulo 2, nomeado *O “movimento retornista” nas páginas do Correio Braziliense (1960-1964)*, partimos do enquadramento de nosso *corpus documental* em metodologia específica para a pesquisa histórica em periódicos para apresentar pressupostos teóricos fundamentais para nosso trabalho, como os conceitos de “representação”, “imaginário” e “poder simbólico”. A partir de então debruçamo-nos sobre nosso objeto, tendo como ponto de partida o “Levante da Turma da Boa Vontade”, identificando os sujeitos e argumentos que caracterizam o antimudancismo e mudancismo, avaliando-os em relação aos imaginários “retornista e o anti-retornismo”.

No Capítulo 3, intitulado *A busca pela consolidação da capital e o protagonismo de agentes locais*, apresentamos duas palavras que se tornam chave no embate entre os imaginários “retornistas e anti-retornistas”: “consolidação” e fixação”, expresso em um jogo de sobreposição de atribuições de diferentes órgãos e esferas governamentais. Por fim, retornamos ao nosso ponto de partida, e também final, o “Levante”, e analisamos o cenário de acirramento da polarização política no âmbito nacional e regional e suas repercussões no cenário local, sobretudo, observando os imaginários “retornistas e anti-retornistas” nos anos de 1960 a 1964.

# CAPÍTULO 1: HISTÓRIAS DE BRASÍLIA: NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E SUAS CONTRADIÇÕES

## 1.1 A criação mitológica da cidade

Embora nesta monografia o recorte trabalhado seja o período pós-construção e inauguração de Brasília, faz-se importante uma exposição a respeito das narrativas históricas que se tornaram mais conhecidas, compreendendo-as para que possamos abordá-las criticamente, contrapondo-as quando necessário, e não meramente endossando narrativas tornadas hegemônicas. Assim, inicialmente apresentamos uma exposição de narrativas que circulam no senso comum, problematizando alguns de seus principais personagens e marcos históricos que foram consolidados em discursos oficiais. Sem dúvida, muito antes de Juscelino Kubitschek incluir a construção de uma nova capital em seu famoso Plano de Metas<sup>3</sup> ou antes do primeiro candango pisar no território que viria a ser renomeado<sup>4</sup>, a mudança e interiorização da capital já era ideia e um debate, tanto localmente quanto nacionalmente.

Dentre os eixos que estruturam relatos oficiais em torno do tema predomina a ideia de um processo histórico revestido de um encadeamento lógico de marcos, com personagens que ao longo da história teriam antevisto a construção de uma nova capital. Tais relatos nos dizem, por fim, que essa cidade finalmente concretiza-se através da ação de um homem de espírito empreendedor: JK, e que este ato desencadearia na modernização do país. A partir disso, consolida-se um imaginário que confere historicidade aos ideais mudancistas.

A respeito dessas narrativas que apresentam um processo contínuo e apontam elos entre vários momentos na história nacional, a reflexão de Márcio Oliveira em *Brasília: O Mito na Trajetória da Nação*, confirma que a ideia de transferência se apresenta de tempos em tempos desde o século XVIII, associada ao propósito de povoar o dito "Brasil esquecido", de levar vida e civilização para os sertões, entretanto, importa destacar a sua observação de que "*contudo, não havia uma ligação tão*

---

<sup>3</sup> Plano econômico do governo JK, que pretendia acelerar a industrialização e modernização do país. Era composto de trinta e uma metas, tendo Brasília como meta-síntese (a de número trinta e um) de seu projeto, priorizando investimentos em cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação.

<sup>4</sup> A escolha pela expressão "renomeado" é uma forma de lembrar que este era um território de longínqua ocupação humana e já dotado de diversos topônimos.

*evidente entre elas.* [...]. (OLIVEIRA, 2005, p. 69). Laurent Vidal, em *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*, corrobora esse argumento, compreendendo essa estratégia como uma forma de construção simbólica da cidade. Segundo Vidal (2009), a construção da cidade no âmbito simbólico diz respeito à uma legitimação de sua construção como um anseio social que perpassa a história do Brasil, com objetivo de obter apoio popular e dividir a responsabilidade por esse arriscado empreendimento. Sob tais perspectivas, tem-se um revestimento mitológico das ideias que a precedem e de sua concretização, o que segundo o mesmo autor, fornece lastro histórico e social para o empreendimento de construção, propondo um processo histórico que:

[...] não apresenta nenhuma linha de ruptura na história brasileira. Todas as lutas, todos os movimentos conflituosos ou revolucionários são sistematicamente anulados, suprimidos da história [...] a história do Brasil, assim como a de Brasília é um longo processo contínuo [...]. (VIDAL, 2009, p. 273)

Paul Veyne, arqueólogo e historiador francês, ao discorrer sobre esse tipo de empreendimento intelectual que resgata e atribui simbolismos a antecedentes históricos, utiliza o termo “*retrodição*”, nomeando este objetivo de criar e justificar demandas do presente. Segundo ele, tal procedimento:

[...] consiste em voltar a partir do efeito até sua causa hipotética, ficando no relato histórico, apenas com as referências susceptíveis de explicar o resultado obtido ou representando. Sendo assim, a enunciação do passado vem apoiar, ou até socorrer, caracteres presentes, reais ou desejados. [...]. (VEYNE, 1971, p. 97 apud VIDAL, 2009, p. 272)

Dentre os muitos marcos e personagens revisitados e (re)interpretados como elos de uma continuidade de um processo histórico, nessas narrativas a respeito de Brasília, recorre-se à menções à construção de uma nova capital à época da Inconfidência Mineira, no período imperial, citações de José Bonifácio e Adolfo Varnhagen, perpassando pelo famoso Sonho de Dom Bosco, até os aspectos mais concretos que envolvem a previsão da reserva de um território no Planalto Central para a construção da futura capital na Constituição de 1891 e suas posteriores cartas, expedições de localização e estudos.

Condizente com o argumento de Oliveira (2005), que entre as “*ideias*

*mudancistas*” não há uma evidente ligação, cabe também apontar que, na historiografia do Distrito Federal, não há um consenso sobre a quem se deve atribuir a primazia da ideia de interiorização. Sobre o assunto, a historiadora Viviane Ceballos, em sua dissertação *E a história se fez cidade... A construção histórica e historiográfica de Brasília*, procura fazer um mapeamento das discussões e personagens pioneiros que antecedem a construção da capital e afirma:

Essa indefinição quanto à origem da ideia de interiorizar a capital federal aparece com frequência na historiografia sobre Brasília, embora autores como Horácio Mendes sejam enfáticos e afirmam que “fica provado (...) que, na inconfidência mineira estão as raízes históricas do fenômeno mudancista”. Podemos identificar, nesses textos, a recorrência a alguns nomes como tendo sido personagens com maior visibilidade quando se quer falar sobre os antecedentes históricos da capital federal: Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, José Bonifácio, Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) e referências ao sonho profético de Dom Bosco). (CEBALLOS, 2005, p. 18)

Resgatada e frequentemente apontada como uma das primeiras menções à ideia de interiorização da capital, ainda durante o império, está a Inconfidência Mineira<sup>5</sup>, apontada por Ceballos como um desses marcos disputados para anunciar primazias. Ao representar a Inconfidência Mineira e o dia 21 de abril, data de enforcamento de seu mártir Tiradentes, como símbolo da luta pela independência política e momento de primeira menção à interiorização da capital, enfatizam-se algumas características do movimento para embasar ações do presente, enquanto outros aspectos menos convenientes são simplesmente ignorados, trata-se de uma estratégia de “retrodição”.

Ainda nesse encadeamento lógico de marcos e personagens, está a figura de José Bonifácio. Conhecido como o patriarca da independência, destaca-se o fato de que ele oferece uma memória à Assembleia Constituinte<sup>6</sup>, lida na sessão de 9 de

---

<sup>5</sup> Conforme essas narrativas, ainda no século XVIII, em depoimentos nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira 1789/1792* tem-se conhecimento como uma das primeiras menções à necessidade de uma nova capital: “[...] A Capital se havia de mudar para São João Del Rei, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos. [...]” (Fala atribuída a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, nos depoimentos do Tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, do Padre José da Silva Oliveira Rolim e outros.)

<sup>6</sup> [...] parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do Império no interior do Brasil para assento da corte, da assembleia legislativa e dos tribunais superiores, que a Constituição determinar. Esta capital poderá chamar-se Petrópole ou Brasília. ((Trecho do documento intitulado

junho de 1823, pelo Deputado França, onde defende a ideia mudancista e sugere que a nova capital deveria chamar-se “Brasília”, primeira vez em que se conhece o nome posteriormente adotado.

Também fundamental para a compreensão das “*ideias mudancistas*” é a fundação do periódico *Correio Braziliense*<sup>7</sup> (neste trabalho abreviado em alguns momentos como CB, em outros designado somente como Correio, pelo número de vezes em que o citaremos), em junho de 1808, por Hipólito José da Costa, que anunciava as qualidades esperadas da região a ser escolhida no interior do território, que em suas palavras, seria como um “paraíso”. Segundo Oliveira (2005), Hipólito anunciava vastas campinas para criação de gado, pedra em abundância para toda sorte de edifícios, madeira de construção para todo o necessário em uma palavra, uma situação que se pode comparar à descrição que temos do “paraíso terreal”. Além disso, ele lembra que o próprio JK se referia a Brasília como “ponta de lança deste paraíso que se criaria a partir dos benefícios da civilização e do progresso que seriam carreados para a região do planalto”. Por essa razão, “*não se admira que o nome de Hipólito fosse recuperado por todos os 'historiadores' e também pela Coleção Brasília.*”<sup>8</sup> (2005, p. 86).

Na década de 1870, Adolfo Varnhagen, historiador e diplomata, pede licença enquanto servia na Áustria e parte para o Rio de Janeiro de onde empreendeu uma viagem ao Centro-Oeste brasileiro. Ao retornar, em 1877 publica *A questão da capital: marítima ou no interior?* onde argumenta em favor da interiorização da capital apresentando o argumento central sobre a segurança propiciada pela interiorização da Capital. Mas também apresenta outros argumentos, entre eles a necessidade de “civilizar” o sertão; desenvolver riquezas e incrementar o comércio através da

---

“Lembranças e apontamentos do governo provisório da Província de S. Paulo” escrito por José Bonifácio)

<sup>7</sup> Lançado em Londres, acompanhava a vida política luso-brasileira e circulou até 1822. Defendia ideias que considerava como essenciais para o progresso do Brasil, enquanto reino unido a Portugal, citando sobretudo a ideia de interiorização da capital como parte de uma reorganização do país e como estratégia de defesa. Em seus argumentos apontava que “*O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem na cidade que destina a ser capital do império do Brasil [...]*” (OLIVEIRA, 2005, p. 85). O nome do periódico foi resgatado no período da construção pelo proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, e começou a circular sob este nome à data de inauguração de Brasília.

<sup>8</sup> A Coleção Brasília, conjunto de 11 livros, juntamente com a Revista Brasília, que circulou entre janeiro de 1957 e abril de 1960, acompanhando o dia-a-dia da construção, constitui uma das iniciativas no sentido de construir a memória da cidade e tem como principal função ideológica legitimar a nova capital.

integração do território. Segundo Oliveira (2005) “[...] *todos estes fatores ecoaram através de argumentos similares durante todo o período de construção*”.

Outro importante elemento simbólico da narrativa tradicional é o famoso sonho de Dom Bosco<sup>9</sup>, o padre fundador do Salesianos, que prevê o nascimento de uma próspera capital situada no planalto central brasileiro. Este elemento confere à capital o tom de um enunciado divino sobre a localização onde seria construída a capital. Esta interpretação seria incorporada e difundida pelos mudancistas e propagandas governamentais. A respeito deste marco, Vidal (2009) reflete que, além do plano simbólico à esta definição da localização, considerou-se elementos tangíveis: “[...] *a escolha definitiva do local foi em função de fatores geopolíticos, econômicos e higiênicos [...]*” (2009, p. 247). Corrobora este argumento as expedições de estudos que se deram ao longo do processo e que produziram extensos e minuciosos relatórios, sobretudo de aspectos geográficos. Entretanto, em narrativas oficiais prevalece o simbolismo divino do sonho de Dom Bosco enquanto fundamental para a localização da nova cidade.

Ainda sobre tais narrativas mais conhecidas, é citado que a Constituição de 1891, primeira do Período Republicano, prevê em seu art. 3º a reserva de um território no Planalto Central, onde seria instalada a futura capital<sup>10</sup>. Previsão semelhante a respeito das terras e transferência da capital repete-se nas Constituições posteriores de 1934, de 1937 e a de 1946, sob a qual é finalmente executada. Com respaldo dessa previsão na constituição de 1891, é designada pelo presidente Floriano Peixoto a Comissão Exploradora do Planalto Central, em 1892, composta por 21 pessoas e chefiada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls, com objetivo de escolher o sítio exato para a instalação da futura capital. O trabalho desta comissão,

---

<sup>9</sup> **Sonho de Dom Bosco:** [...]. eu enxergava nas vísceras das montanhas e nas profundas planícies. Tinha, sob os olhos, as riquezas incomparáveis dessas regiões, as quais, um dia, serão descobertas. Eu via numerosos minérios de metais preciosos, jazidas inesgotáveis de carvão de pedra, de depósitos de petróleo tão abundantes, como jamais se acharam noutros lugares. Mas não era tudo. Entre os graus 15 e 20, existia um seio de terra bastante largo e longo, que partia de um ponto onde se formava um lago. E então uma voz me disse, repetidamente: ‘Quando vierem escavar os minerais ocultos no meio destes montes, surgirá aqui a Terra da Promissão, fluente de leite e mel. Será uma riqueza inconcebível. (O sonho de Dom Bosco traduzido por Monteiro Lobato).

<sup>10</sup> Fica pertencente à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. (Art. 3º da Constituição Republicana de 1891 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) acesso em 05/10/2020)

tornado evento histórico conhecido como Missão Cruls, torna-se também um marco na historiografia do DF<sup>11</sup>.

Com base nos estudos anteriores de Varnhagen sobre a interiorização, a Missão Cruls demarcou uma área de 14.400 Km<sup>2</sup>, considerada propícia para a futura capital e que ficou conhecida como “Quadrilátero Cruls” (formado pelas áreas que incluíam as lagoas de Formosa, Lagoa Feia e Mestre D’Armas). O *Relatório Cruls*, minucioso documento, com inúmeros cálculos e informações sobre hidrografia, topografia, clima e solo, que, como bem afirmou o próprio Cruls, permitiria que as pessoas pudessem fazer as devidas projeções acerca da viabilidade ou não, deste ou daquele sítio dentro do quadrilátero demarcado, percebe-se a preocupação de estabelecer-se um diálogo da missão da comissão com os antecedentes desse empreendimento histórico:

A Comissão não podia desconhecer, pois, as bases históricas, em que se assentava este projeto, sob pena de desvirtuar o pensamento do legislador. Cabia-lhe, porém, toda a responsabilidade da escolha da zona de acordo com os fins que a Constituição tivera em vista [...]. (CRULS, 2003, p.18)

Apesar do minucioso *Relatório Cruls*, nas décadas seguintes pouco de concreto foi feito para a efetiva mudança da capital. Até que em 1922, um projeto autorizado pelo Presidente Epitácio Pessoa, em ocasião da comemoração do primeiro centenário da independência, lança a pedra fundamental da capital na localização nomeada como retângulo Cruls, localizada na antiga cidade goiana e atualmente região administrativa de Brasília: Planaltina. Segundo Oliveira (2005), esse foi um ato de grande importância nos antecedentes históricos de Brasília e amplamente destacado em narrativas oficiais, entretanto não surtiu os efeitos desejados. Mas apesar disso, o feito cumpre um papel simbólico fundamental na expectativa das famílias locais em torno da “chegada de Brasília”, o que depois se converteria em desalento, primeiro pela demora e depois, pelas perdas no processo de

---

<sup>11</sup> Segundo a historiadora Moema de Rezende Vergara: [...] a recém-instalada República tinha em suas mãos uma nação de proporções continentais, herdada da Monarquia, mas os conhecimentos geográficos a respeito deste território eram ainda bastante lacunares e havia o sentimento generalizado da necessidade de maior integração entre o litoral e o interior. Talvez por isto mesmo, naquele momento, se decidiu formar uma comissão que deveria demarcar o local da Capital Federal no interior do País: a Comissão Exploradora do Planalto Central, de 1892, chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls. (IBGE, 2010, p. 36).

desapropriações de terras<sup>12</sup>.

Já na década de 1940, a Constituição de 1946 prevê a interiorização da capital e estabelece que o Presidente deveria fixar uma comissão para estudar a localidade a ser instalada. Em novembro de 1946, o Presidente marechal Eurico Gaspar Dutra criou a comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital. São enviadas comitivas ao quadrilátero Cruls e o governo de Goiás empenha-se na defesa do estabelecimento da capital no local indicado por Cruls. Nesse sentido, o governo de Goiás, empenha-se na defesa da transferência da capital para o perímetro demarcado por Cruls, promovendo palestras, publicações e criando a Comissão de Cooperação da Mudança da Capital, com principal fundamentação a desapropriação das terras na área prevista. Após dois anos de estudos, a Comissão entrega relatório ao presidente Dutra endossando a escolha do Retângulo Cruls.

Em junho de 1953, Getúlio Vargas criou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal em substituição da antiga Comissão de Estudos. Presidida pelo general Aguinaldo Caiado de Castro, segundo Oliveira (2005), a principal tarefa designada era estabelecer o local definitivo, dentro do Quadrilátero Cruls, para a instalação da capital. A Comissão estabelece a escolha definitiva do sítio que abrigaria o Distrito Federal e Brasília, em uma área de 5.850 km<sup>2</sup>. Oliveira (2005) apresenta que “Essa escolha, num gesto de grande simbolismo histórico, homenageou os trabalhos da antiga Missão Cruls.” (2005, p. 107).

Assim como as menções e defesas da interiorização podem ser rastreadas ao menos até o século XVIII, posicionamentos contrários à transferência da capital e a favor da manutenção da capital no Rio de Janeiro, também teriam acontecido, a exemplo da forma que se posiciona, ainda no final do século XIX, o ilustre escritor Machado de Assis:

Não levarão daqui a nossa vasta baía, as nossas grandezas naturais e industriais, a nossa rua do Ouvidor, com o seu autômato jogador de damas, nem as próprias damas. Cá ficará o gigante de pedra, a memória da quadra romântica, a bela Tijuca, descrita por Alencar em uma carta célebre, a lagoa Rodrigo de Freitas, a enseada de Botafogo, se até lá não estiver aterrada. [...] um dia, quem sabe? Lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói, uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que também se faça uma ponte de ferro. A ponte política ligará os dois estados, pois somos todos fluminenses, e esta

---

<sup>12</sup> A problemática surgida em torno da desapropriação de terras na localidade é apresentada no subtópico “Ausências e contradições na construção simbólica da cidade”

cidade passará de capital de si mesma a capital de um grande estado único, a que se dará o nome de Guanabara. [...]. (Machado de Assis apud PIZA, 2005, p. 292-293)

Márcio de Oliveira, no capítulo *O cenário e a história* de seu livro *Brasília: O mito na trajetória da nação*, aponta as principais objeções colocadas por opositoristas à transferência da capital para o Planalto Central o que demonstra plausível o porquê de “[...] sua transmutação em canteiro de obras sempre acarretou problemas de tamanha envergadura, que nenhum governo - monárquico ou republicano - até então (JK) dedicara mais que um esforço de fachada à sua efetivação. [...]” (OLIVEIRA, 2005, p. 69).

Dentre as objeções apresentadas pelo autor encontram-se as de natureza política, econômica e técnica: o fato de o sítio da nova capital situar-se à mais de 1.000 Km do Rio de Janeiro, capital à época, e 900 Km de São Paulo, cidades mais ricas e importantes do período; o fato de não haver ferrovias e estradas asfaltadas ligando a região com estas principais cidades; a necessidade de desapropriação das terras da região, chamada “*Questão Agrária*” por Luiz Ricardo Magalhães em *A Terra como Lugar (A Questão Fundiária no Distrito Federal)*; a baixa densidade populacional da região, possuindo apenas quatro pequenos centros urbanos à época: Planaltina, Formosa, Corumbá e Luziânia; dentre outros. Oliveira (2005) ainda apresenta falas de pioneiros de Brasília quanto aos interesses e a impressão que cariocas tinha sobre a construção da nova capital:

Os cariocas não acreditavam que a capital seria transferida [...] pela incredulidade ou desejo inconsciente de que a transferência não ocorresse porque a cidade do Rio perderia o prestígio que a capital do Brasil lhe conferia. [...] analisando as dificuldades, os opositores da mudança ficavam tranquilos. [...] Diziam que uma vez os trabalhos iniciados, tudo seria parado a tempo [...] perguntavam-se como o governo iria construir a capital numa região tão isolada, num verdadeiro fim de mundo? (OLIVEIRA, 2005, p. 74)

O autor ainda transcreve trecho de um carioca afirmando que “[...] visitar a região era ‘objeto de piadas [...]’” (OLIVEIRA, 2005, p. 74, por isso os opositores sentiam-se tranquilos em relação à ameaça. O projeto de transferência era julgado “absurdo”. Mesmo os que eram a favor duvidavam. Assim, Márcio de Oliveira (2005) por fim afirma que aqueles que criticavam o projeto estavam dotados de bons argumentos, e havia uma ideia justificada de impossibilidade real do empreendimento.

Entretanto, segundo o autor, JK contorna estes impedimentos no plano simbólico, incorporando estas dificuldades como parte de sua narrativa epopeica.

Segundo Oliveira (2005), esses “antecedentes históricos” inventariados são resgatados nas narrativas mais conhecidas em um sentido que univocamente desencadeiam Brasília, permitem dizer que a aspiração pela interiorização da capital possui lastros históricos. Entretanto, não se evidencia entre eles um elo de continuidade, como apresentado em narrativas tornadas oficiais. E acrescenta que “[...] *no sentido de realização da obra, com exceção do período de 1946-1955, pouco havia sido efetivamente feito.*” e conclui que “*Os fatos históricos, portanto, não apontam necessariamente para Brasília. Revelam, por outro lado, as diversas facetas de um país mal ocupado, economicamente mal distribuído, sem ligações terrestres, um país litorâneo*” (2005, p. 110).

Por fim, na década de 1950, a pretexto de superar essas disparidades, num momento de efervescência de propostas nacionalistas e de desenvolvimento, JK assume a presidência da República e a criação mitológica da cidade aprofunda-se através do resgate desses marcos e personagens que perpassam o Período Imperial e Republicano através da evocação dos marcos e personagens apontados anteriormente.

## 1.2 Brasília de JK e suas contradições

Ainda durante a campanha presidencial de Juscelino, temos um episódio que ficou consagrado no imaginário popular e foi ratificado em narrativas oficiais, tomando lugar de destaque na Coleção Brasília. Acontecido no ano de 1955 em um comício improvisado em cima de um caminhão, na cidade mineira de Jataí, Antônio Soares Neto, conhecido como Toniquinho, teria perguntado ao candidato se a capital do Brasil seria transferida do Rio de Janeiro para outra localidade, fazendo alusão ao artigo da Constituição de 1946, que determinava a transferência da capital. Sobre o episódio, Juscelino em sua autobiografia “*Meu Caminho Para Brasília - A Escalada Política*” relata:

A pergunta era embaraçosa. Já possuía o meu Programa de Metas e, em nenhuma parte dele, existia qualquer referência àquele problema. Respondi, contudo, como me cabia fazê-lo na ocasião: “Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão

por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova capital e farei a mudança da sede do governo”. Essa afirmação provocou um delírio de aplausos. (OLIVEIRA, 1976, p. 333)

Sobre esse marco, Oliveira (2005) problematiza que na atuação política de JK como Deputado Federal na década de 1940 e como Governador de Goiás (1951-1955), pouco ou nada teria contribuído para a transferência da capital. JK argumentava que a questão da transferência da capital seria um “problema da geração” e acreditava que o prazo para a construção não seria inferior a uma década. Entretanto, essa atuação de JK é ausente em relatos oficiais e a promessa feita a Toniquinho cumpriu um papel de representar o compromisso de JK para com esse “antigo anseio nacional” encarnado enquanto uma promessa feita a uma representante da vontade popular. No sentido dessa construção simbólica, Oliveira (2005) afirma que embora:

apresentado em Jk em suas *Memórias*, a casualidade da incorporação da transferência do governo ocorreria em 1956, com JK já empossado presidente, e não em abril de 1955, quando do famoso comício do candidato, como JK afirma em suas *Memórias*.” (OLIVEIRA, 2005: p.110)

Já durante seu governo, Juscelino incorpora a transferência da capital como meta-síntese de seu ambicioso Plano de Metas. Com o lema “*50 em anos em 5*”, JK inicia um período de grandes investimentos em setores estratégicos, que segundo Maria Benevides (1979) teria como principais características a consolidação da industrialização brasileira através da instalação de indústria pesada “[...] *principalmente a automobilística, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganha novo impulso com a instalação de novas indústrias siderúrgicas e o desenvolvimento acelerado da indústria de construção naval.*” (BENEVIDES, p. 201). Essa foi a famosa política nacional-desenvolvimentista de JK, que visava a aceleração do desenvolvimento nacional ao promover a interiorização e fomento à industrialização do país.

Após tomar posse, em 1956, Juscelino chama o Marechal José Pessoa, que participara da *Comissão De Localização da Nova Capital Federal* designada em 1953, pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra, para inteirar-se do que já existia acerca da mudança da capital, questionando quais medidas deveriam ser tomadas para concretizar a promessa. No mesmo ano assina a famosa “*Mensagem de Anápolis*”,

tratando da criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), e publicada no Diário Oficial de 30 de setembro o edital do *Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil*<sup>13</sup> e faz sua primeira viagem ao local demarcado para as obras.

Escolhido o Plano Piloto, a lei nº 3273<sup>14</sup> fixou a data de 21 de abril de 1960 para a mudança da capital para Brasília, as obras logo iniciaram com o grande desafio de construir uma capital em 1.000 dias. Para concretizar o colossal empreendimento, foram construídos muitos quilômetros de rodovias e ferrovias para garantir o deslocamento de pessoas e materiais, utilizando os mais modernos recursos técnicos de construção. Foram mobilizados milhares de trabalhadores, para viabilizar as obras que aconteciam em ritmo diuturno, e estes migraram de várias regiões do país, principalmente mineiros e de diversos estados nordestinos, para compor a força de trabalho. Estes seriam chamados de Candangos.

O termo “Candango”, assim como “pioneiro”, passou por mudanças de significado ao longo do tempo. Segundo Edson Beú, em seu livro *Os filhos dos Candangos: Brasília sob o olhar da Periferia*, inicialmente o termo “pioneiro” referia-se a funcionários públicos, comerciantes, agricultores, dentre outras pessoas que detinham caráter mais privilegiado dentro do contexto de construção da capital. À essa palavra era conferida um caráter honorífico. Já aos operários era atribuída a palavra “Candango”, que detinha inicialmente caráter depreciativo por:

[...] ser calcada nos significados de origem: ruim, ordinário, vilão, extraídos do quimbundo Kangundu, segundo o dicionário Aurélio [...]. Era usada por habitantes no sudoeste de Angola para agredir os colonizadores daquele continente. Ao serem traficados para a região canavieira nordestina, os africanos mantiveram o sentido pejorativo para se referir aos senhores portugueses, e posteriormente, aos próprios brasileiros [...]. (BEÚ, 2013, p. 22).

Segundo o mesmo autor, uma mudança no sentido da palavra acontece quando o termo vira “[...] *sinônimo de cafuzo, mestiço, mameluco e negro. Depois o significado foi ampliado, passando a abranger genericamente as populações pobres*

---

<sup>13</sup> O Concurso para o Plano Piloto de Brasília recebeu vinte e seis (26) propostas e culminou na escolha de Lúcio Costa e a ele é incumbido o urbanismo da nova capital, já a Niemeyer é encarregada da arquitetura da nova capital. Niemeyer buscou a criação de formas claras, leves, simples, livres, nobres e belas, sem considerar apenas seu aspecto funcional.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3273.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3273.htm) acesso em 19/10/2020 acesso em 13/10/2021.

*do país, sobretudo trabalhadores itinerantes, com baixa qualificação profissional [...] (BEÚ, 2013, p. 22), situação sob a qual chegaram grande parte dos operários da construção de Brasília.*

Já no contexto da campanha feita por JK de exaltação dos operários com vistas a atribuir à construção da nova capital um caráter de anseio coletivo da população, a palavra *candango* sofre outra reviravolta. Tomando sentido de *“heróis nacionais”*: *“[...] situação na qual os ‘pioneiros’ tentaram se incluir, autodenominando-se também candangos [...]” (BEÚ, 2013, p. 22).* Mas essa exaltação dos *candangos* é cercada de contradições. Dentre elas, destaca-se que embora esses operários passem a fazer parte dos discursos oficiais e propagandas da cidade, principalmente através de revistas e publicidade oficiais e também dos conhecidos cinejornais, ainda *“[...] figuram como personagens secundários e anônimos [...] os trabalhadores são compreendidos como uma categoria genérica [...]” (PORTELA; SILVA, 2020, p. 319).*

Em 1960, em sua tradicional mensagem de ano novo (transmitida na TV e rádio) e transcrita em edição especial da Revista Brasília, JK discorre sobre os desafios e progressos da construção da capital que seria inaugurada no mesmo ano. Nesse discurso, ao falar das críticas que recebia pelo monumental empreendimento, Juscelino recorre a ideias que remetem à cidade enquanto anseio social e demonstra uma incorporação da construção como projeto pessoal:

Conheço as críticas aos trabalhos que vêm sendo feitos pelo meu governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a capital para o interior do país. Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou hora, obedecendo ao que manda nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria. (...) A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso [...]. (Revista Brasília N.40, abril de 1960, p. 47)

Enfim, após mil dias de intensas obras, com grandes custos humanos<sup>15</sup>, em 21

---

<sup>15</sup> Refiro-me à migração em busca de melhores condições e à seguida decepção com o lugar que Brasília teria reservado aos chegantes; aos acidentes em obras; à violência da Guarda Especial de Brasília; à marginalização social e territorial, e a tantos sofrimentos que foram submetidos os que construíram Brasília.

de abril de 1960, Dia de Tiradentes, construído simbolicamente como símbolo da luta pela independência e pelos valores republicanos no Brasil, Brasília fora inaugurada com uma série de cerimônias oficiais, onde JK retorna novamente aos mitos fundadores da cidade:

Viramos no dia de hoje uma página da história do Brasil... Damos por cumprido o nosso dever mais ousado, o mais dramático dever. Neste dia consagrado ao alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, no 138º ano da Independência e 71º da República, declaro, sob a proteção de Deus, inaugurada a Cidade de Brasília, Capital dos Estados Unidos do Brasil. (Ministério das Relações Exteriores. Discursos Seleccionados do Presidente Juscelino Kubitschek, 2010, p. 52)

A construção deste simbólico representa a adoção de uma mentalidade de refundação e modernização do país, orquestrada como uma peça onde todos atos são pensados: "[...] durante os dois dias de inauguração, Brasília é como um imenso palco de teatro, de decoração moderna, onde cada cena, tal como o Gênesis apresentando o nascimento da humanidade, evoca o nascimento ou um dos valores fundamentais do Brasil Moderno. [...]" (VIDAL, 2009, p. 263). Ainda nesta discussão o autor discorre que:

Nesse "teatro", JK toma para o papel de protagonista e guia da construção da cidade que representa a modernização do país. Nas falas do próprio: "Encontrei, velha de 167 anos, a ideia de transferir para o centro a capital do Brasil... E encontrei pontos para os estudos preliminares. Até a localização definitiva. Então construí Brasília. (VIDAL, 2009, p.270)

Sob este aspecto, Laurent Vidal afirma que JK apresenta sua trajetória pessoal como a encarnação de cada um dos princípios da nova capital: "[...] Resolutamente moderno e virado para o futuro, é o guia espiritual do Brasil, levando o país em direção a um futuro radiante. [...]" (2009, p. 264). Dentre as problematizações que uma visão crítica dessas narrativas impõe, está o destino reservado aos trabalhadores. Com a inauguração da capital e diminuição da euforia provocada pela "Era de Ouro" dos anos JK, a narrativa construída durante os anos JK, que delega aos trabalhadores o lugar de "[...] indivíduos chave de um 'momento glorioso' da história do país, uma vez que o governo tentava forjar uma identidade nacional com a utilização da imagem [operários] [...]" (BEÚ, 2013, p. 22), começa a mostrar o que realmente teria sido a

eles reservado (ou não reservado):

[...] logo após a inauguração, o governo local começou a pôr em prática a política de demolir os antigos acampamentos de operários, uma ameaça antiga, a maioria foi removida para a periferia, passando a morar em assentamentos inóspitos, embriões das cidades-satélites, destituídos de infraestrutura e longe do mercado de trabalho que ajudava a garantir a sua subsistência [...]. (BEÚ, 2013, p.22)

Para James Holston (1993), essa seria a estratégia de “*incorporação diferenciada*”, que buscava promover uma organização espacial e social da cidade através de uma estratificação de classes. Segundo o autor, o entendimento desse aspecto passa pela natureza das intenções governamentais a respeito do povoamento que distingue a organização da cidade através do enfoque “[...] *das pessoas consideradas pelo governo como membros integrais da comunidade burocrática em relação àqueles que dela foram excluídos, ou considerados como tendo menos direitos plenos a ela [...].*” (1993, p. 202)

Ainda segundo Holston (1993), provida de intencionalidades que promovem a estratificação social e espacial, a ocupação da cidade incorporou certas categorias de funcionários públicos na condição de cidadãos plenos e aos trabalhadores comuns coube a condição de despossuídos de direitos. Dentre as intencionalidades, os acampamentos dos trabalhadores teriam sido construídos com a ideia de serem provisórios, e esperava-se que após o término das obras, estes retornassem espontaneamente aos seus locais de origem, o que não aconteceu. O autor afirma ainda que, destarte um discurso de participação de todos cidadãos brasileiros no empreendimento Brasília, “*a participação era contradita pelo plano do regime de incorporar diferencialmente as primeiras populações de Brasília: procurava recrutar grande número de pioneiros que, ao fim e ao cabo, seriam excluídos da cidade que construiram.*” (HOLSTON, 1993, p. 202)

Edson Beú, corrobora essa reflexão afirmando que logo após a inauguração, o governo local começa esse movimento de segregação social através da estratificação espacial da cidade, iniciando com a decisão da Prefeitura de demolir os antigos acampamentos de operários. Essa política de afastamento dos operários faz parte de uma política urbana que privilegia os aspectos administrativos da cidade em contraponto dos sociais. Outra condição adversa aos trabalhadores, além da exclusão espacial, impõe-se com a diminuição das obras de construção da nova capital.

Segundo (BEÚ, 2013) condições políticas-econômicas fizeram com que a “*Era de Ouro*” dos candangos tivesse vida curta com o encerramento do governo JK em 31 de janeiro de 1961.

Com a posse sucessor de JK, Jânio Quadros, eleito com apoio de uma coligação liderada pela União Democrática Nacional (UDN), crítica ferrenha, desde o início do projeto de transferência, uma das primeiras medidas tomadas pelo novo presidente foi suspender várias obras, o que provocou uma onda de desemprego na capital recém-inaugurada, algo que confrontava diretamente o sonho daqueles que vieram em busca de oportunidades.

Apenas oito meses após a posse, o país é lançado em grande instabilidade política com a renúncia do novo presidente. Pelos preceitos da Constituição vigente, o vice-presidente João Goulart, conhecido como Jango, deveria assumir o governo automaticamente. “[...], *mas houve forte reação no meio militar, que não via com bons olhos a posse do natural sucessor, devido à sua linha ideológica declaradamente de esquerda [...]*” (BEÚ, 2013, p. 20). E somente após longas negociações com as Forças Armadas, Jango recebe o sinal verde para desembarcar em Brasília e tomar posse, mas cerceado por um “parlamentarismo arranjado de última hora”<sup>16</sup>.

Nesse contexto nacional e regional, a história do Distrito Federal (que não se resume à Brasília) continua a desenrolar-se, em contraponto às narrativas oficiais e mais conhecidas que apresentam a inauguração como um marco final dessa história, reforçando mais uma vez um tipo de imaginário mítico, o mito de uma capital que paira como representação nacional sem que se ancore em suas localidades. Dentre os movimentos históricos desenrolados nestas localidades alinhados com o contexto nacional, está a agitação social dos primeiros anos da década de 1960 e o conflito entre o “movimento retornista” e os imaginários “anti-retornistas”.

Esse cenário de crise política e econômica que se desenrolava em todo país, e também em Brasília, culminou com a implantação de um golpe de Estado em 1º de abril de 1964, quando “[...] *jogava-se aí a pá de cal nos sonhos dos candangos, uma vez que o fundador da capital (JK) fazia parte da extensa lista de inimigos dos ditadores e teve, em seguida, seus direitos políticos cassados por dez anos [...]*” (BEÚ, 2013, p. 20).

---

<sup>16</sup> Termo usual na historiografia que explica a articulação política feita para minar o Poder do Executivo, que seria comandado por João Goulart, e evitar uma ruptura institucional.

A história desse período imediatamente posterior a inauguração da nova capital é permeada de lacunas, tanto nas narrativas oficiais em que implicitamente 21 de abril é marco fim da cidade, como na historiografia do Distrito Federal. Assim, este trabalho tem como fundamento procurar contribuir para as discussões sobre este período. Mas antes disso, novas problematizações a respeito das narrativas tornadas hegemônicas são pertinentes.

### 1.3 Ausências e contradições na construção simbólica da cidade

Logo que JK inclui em seu Planos de Metas a construção da capital, grupos contrários reagem. Durante o governo JK, a oposição ficou a cargo da União Democrática Nacional (UDN). Oposicionistas apostavam que o empreendimento era uma "utopia" que representaria o "suicídio político" de Juscelino.

O bloco oposicionista aprovou a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), pré-requisito legal para o governo iniciar a execução do projeto. Esse aparente gesto de boa vontade da oposição, no entanto, escondia a intenção de arruinar politicamente o presidente. Conforme testemunho, por telefone, seu primo e ex-deputado federal Carlos Murilo dos Santos, os antagonistas, votaram a favor da matéria. (BEÚ, 2013, p. 18)

Durante os anos de construção (1956-1960), sobretudo em torno de questões orçamentárias, geográficas da localização, urbanas e habitacionais, essa oposição aconteceria em periódicos como o *Tribuna da Imprensa*, dirigido por Carlos Lacerda, ferrenho opositor de JK e seu projeto e outros jornais e personagens, principalmente cariocas. Segundo Santos (2005), forma-se, conscientes das generalizações dessa categorização, essencialmente uma polarização, de um lado mineiros e goianos interessados na transferência da capital para o planalto central e do lado favorável ao projeto carioca.

Outro aspecto que deve ser objeto de uma análise crítica é a construção simbólica e a apresentação do planalto central, local dentro do qual está inserida a nova capital, como não dotado de pré-existências. Nesse sentido Márcio de Oliveira afirma que a região é palco de um povoamento milenar, afirmando que “[...] no momento da descoberta do Brasil, a região era povoada por numerosos povos indígenas, entre os quais Akwa-Xavante, Kroá, bororo, Canoeiro, Guató, Kaiopó,

*Maimbaré [...]* (OLIVEIRA, 2005, p. 69) e acrescenta que a região norte do Planalto Central e boa parte do estado de Goiás foram classificadas pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss como habitats naturais de inúmeras populações indígenas.

As primeiras expedições feitas por homens brancos têm um pontapé inicial ainda no século XVI, por parte de observadores espanhóis. E os primeiros portugueses começaram suas incursões no território no século XVII. Nesse primeiro momento, o objetivo dessas expedições era tomar posse do território e capturar povos originários para escravizar ou vender.

Ainda segundo Oliveira “[...] a verdadeira ocupação (por homens brancos) teria lugar durante o século XVII, quando finalmente descobriu-se ouro perto da atual cidade de Cuiabá e da cidade de Goiás Velho [...]” (2005, p. 69). No século XVIII e parte do XIX a região teve seu apogeu quanto à exploração de ouro. Mas apresenta declínio de tal atividade e a criação de gado e a exploração de vegetais passaram a ser sua atividade central.

No século XX, a região tem uma estrutura fundiária centrada na exploração da atividade de pecuária e ainda na primeira metade do século XX, tem-se o incremento da produção agrícola. E neste mesmo século, no momento que antecede a construção da nova capital, segundo Magalhães (2005), a terra é palco de conflitos fundiários que ficaram abafados pelas narrativas oficiais. Trata-se do processo de desapropriação de terras para a construção da capital, o que o autor denomina como “*Questão agrária*”. essa questão que se trata da desapropriação é geradora de conflitos e atribui:

[...] novos sentidos dados à terra [...] portavam a concepção, até então de menor importância, de ser ela (a terra) um mero bem econômico [...], em contraponto ao que o autor afirma ser o problema “[...] é que essa mesma palavra (terra) e o mesmo referente (terra), para as comunidades locais, não se reduzia a um simples fator de mercado. [...]” (MAGALHÃES, 2005)

Concepções divergentes sobre o que significa terra/território entram em disputa com a chegada dos novos atores sociais oriundos da burocracia citadina e de outros contextos. Para os planaltinos que há décadas esperavam Brasília chegar, essa terra faz parte das representações identitárias de suas populações e foram suprimidas para a construção e concretização do dito anseio nacional, a transferência da nova capital. Nesse contexto, de uma história oficial revestida de caráter mitológico e orientada para legitimação do projeto da nova cidade, uma leitura crítica e a problematização desses

anteriores, mostra-se necessário para o não endossamento de narrativas tornadas oficiais.

## **Capítulo 2 – O “MOVIMENTO RETORNISTA” NAS PÁGINAS DO CORREIO BRAZILIENSE (1960-1964)**

### 2.1 Caminhos para compreender o conflito entre os “imaginários retornista e anti-retornista” nas páginas do *Correio Braziliense* (1960-1964)

Como dissemos na introdução, para compreender o “movimento retornista”, nosso trabalho recorre a fontes documentais, mais especificamente à imprensa escrita. Levando em consideração os ensinamentos do historiador Le Goff, em seu clássico *História e Memória*, compreendemos que “[...] nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado [...]” (GOFF, 2003, p. 91). Assim, para dar subsídio a este trabalho é necessário compreender as especificidades que envolvem o trabalho com esse tipo de fonte.

Segundo Tânia Regina de Luca, em seu texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*, até a década de 1970, ainda era pequeno o número de trabalhos que se valiam da imprensa escrita como fonte para produção sobre história do Brasil, embora tais fontes fossem já utilizadas e reconhecidas como importantes para escrita da história da imprensa. Este fato, que não era exclusividade da historiografia brasileira, dava-se principalmente devido ao ideal de busca da verdade, dominante no século XIX e primeiras décadas do século XX, pois acreditava-se que o historiador “[...] deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo [...]” (LUCA, 2008, p. 112). Dessa forma, estabelecia-se uma verdadeira hierarquia qualitativa dos documentos, e os jornais e revistas pareciam pouco adequados ao trabalho do historiador “[...] uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões [...]” (LUCA, 2008, p. 112).

Críticas a essa concepção já eram feitas na década de 1930, pela chamada Escola dos Annales, mas não implicou em um reconhecimento imediato das

potencialidades da imprensa escrita como fonte, o que veio a acontecer somente décadas depois com a terceira geração dos Annales na França, propondo novos objetos, problemas e abordagens, e assim alargando o campo de preocupação dos historiadores:

A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história [...]. (LUCA, 2008, p. 112)

No Brasil, já na década de 1970, trabalhos começam a aparecer utilizando a imprensa escrita como fonte de pesquisa, entre eles a tese de doutoramento de Arnaldo Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo (1973)* e as dissertações de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974), que são fundidas no livro intitulado *O bravo matutino (1980)*, ao comentar sobre a fonte que se debruçaram, as autoras afirmam:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere [...] (LUCA, 2008, p.118)

Nas últimas décadas é notável o grande número de trabalhos que se utilizam da imprensa escrita como fonte, e a partir de então, assim como todo tipo de fonte histórica tem suas especificidades e metodologias que devem ser levadas em conta pelo historiador, assim o é com as fontes da imprensa escrita. A partir de agora vamos nos debruçar sobre algumas delas.

Uma tarefa primordial na análise de um periódico é historicizar a fonte, “[...] requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê [...]” (LUCA, 2008, p. 132). Pois, em pesquisa histórica, a consulta a um periódico não pode ser feita sem uma criteriosa análise e reflexão, exigindo uma leitura diferente daquela que é feita a um jornal do dia a dia.

Dessa forma, a fonte aqui trabalhada, o periódico *Correio Braziliense* é

inaugurado em 21 de abril de 1960 como jornal de circulação em Brasília, retoma o nome do *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa. A criação do novo *Correio Braziliense* na década de 1960 teria surgido de uma promessa do proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, cético quanto ao empreendimento, à Juscelino de que “[...] se a obra fosse levada a termo no tempo previsto teria a acompanhá-la, reiterando-lhe o nascimento, um jornal de sua cadeia <sup>17</sup>”.

Já segundo o jornalista Glauco Carneiro em *História dos Diários Associados. Brasília*, ainda em 1956 no 1º Congresso dos Diários Associados, fora aprovada "uma recomendação [...] com a seguinte redação: Fundar desde já o Diário de Brasília, o qual deverá ser editado no núcleo das empresas mais próximas da capital federal, enquanto não se dispuser de suas próprias oficinas [...]". Essa indicação demonstra que, independentemente da promessa de Assis Chateaubriand, o Diários Associados já planejava instalar-se como meio de comunicação em Brasília.

Seja como cumprimento de uma promessa ou a concretização de um projeto, o jornal teve sua primeira tiragem no dia de inauguração da nova capital, 21 de abril de 1960, com uma edição especial exaltando a cidade: *Edição comemorativa da transferência da capital para Brasília*. A tiragem traz em sua capa uma grande imagem de JK representado como personagem central para a trama e uma consideração de Juscelino a respeito do nascimento do periódico:

No vasto planalto central, Brasília, sonho acalentado desde os Inconfidentes, surge no centro da gravidade do país para comandar a conquista do interior e trazer até ele a civilização que se espraia pelo Atlântico. [...] Louvo o esforço de quantos divulgam a saga de Brasília, suas obras, seus detalhes, suas perspectivas - Trabalhos como este valem como documento e testemunho de um momento de extraordinária beleza, em que uma nação se apossa de seu destino para se projetar no futuro. [...] (*Correio Braziliense*, edição de 21/04/1960, p. 1)

Nas páginas seguintes, a edição que conta com 114 páginas traz uma ampla cobertura da inauguração da cidade, reforçando pontos de vista hegemônicos, lembrando marcos desde a inconfidência mineira, a exaltação de JK como concretizador do anseio nacional e outros marcos, personagens e figuras consideradas pioneiras. Nessa cobertura, o periódico apresenta seu nascimento como

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-braziliense> acesso em 27/10/2020

o de uma testemunha da inauguração da cidade e seu defensor. Esse entendimento se repete em um editorial de 1962 na edição de comemoração de dois anos da capital:

"[...] este jornal nasceu com um programa - defender Brasília da fúria de todos os negativistas, lutar pela consolidação da capital e respeitar em todos os sentidos [...], e nas palavras de seu presidente a transferência da capital foi "[...] um momento de extraordinária beleza, em que uma nação se apossa de seu destino para se projetar no futuro" (Correio Braziliense, Edição de 03/01/1962, p. 4)

Dessa forma, ao trabalhar com esse periódico em específico, e em posse dessas informações a respeito de sua criação e consolidação, algumas questões devem ser levadas em consideração. Dentre elas os interesses do jornal diante de sua criação no contexto e em razão da inauguração da capital, ou seja, tem como sua razão e motivo de existir a nova cidade, também a proximidade entre o seu fundador Assis Chateaubriand e JK, a composição de seu corpo editorial e as nuances relacionadas a seu sucesso e consolidação como principal periódico da nova capital.

Estas questões relacionadas a alinhamentos político-econômicos de um periódico repercutem diretamente nas perspectivas e questões escolhidas e apresentadas por um veículo de comunicação "[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público." (LUCA, 2008, p. 112), ou não chegar...

Assim como o antigo *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa, o novo periódico nasce com o propósito essencial de acompanhar e fomentar a noção de progresso brasileiro daqueles que o influenciam. Neste novo momento, especialmente, através da cobertura e exaltação de Brasília.

Nesse sentido, cabe assinalar que na construção do simbolismo mítico da cidade, JK utilizou de vários instrumentos para consolidar sua narrativa. Dentre elas, exerceram um papel central os periódicos alinhados ao governo. Dentre outros instrumentos utilizados para legitimação, encontra-se a Revista Brasília, criada para acompanhar e exaltar a construção da cidade, a produção de cinejornais e discursos construídos em torno da concretização de um projeto da sociedade brasileira rumo à sua modernização.

Já com o jornal instalado em Brasília, a proposta de ocupar o espaço em um mercado ainda nascente e que se ampliaria ao longo dos anos foi acompanhada de uma identificação entre o jornal e a cidade de Brasília:

Inicialmente, assuntos relacionados à fixação da nova capital tiveram destaque nas páginas do *Correio*. Mais tarde, temas como preservação e alterações do projeto urbanístico da cidade e questões relacionadas ao aumento da população, como problemas habitacionais e no trânsito da cidade, receberam destaque. [...]. (Verbetes "Correio Braziliense", CPDOC-FGV, s/d)<sup>18</sup>

Nas décadas seguintes à inauguração o *CB* consolidou-se como principal periódico da nova capital, tendo seu número de tiragens crescendo exponencialmente, até que se tornou o principal veículo impresso dos Diários Associados:

Em 2008, a circulação média diária chegou a 53 mil exemplares, atingindo uma média de 92 mil exemplares aos domingos, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC). O *Correio Braziliense* consolida assim sua posição como o principal jornal de Brasília, tornou-se o diário de maior circulação do Centro-Oeste e passou a figurar entre os 20 jornais diários de maior circulação do Brasil. (Verbetes "Correio Braziliense", CPDOC-FGV, s/d)<sup>19</sup>

Diante destas considerações, e também no sentido de entender os posicionamentos do editorial do periódico, deve se levar em conta que mesmo com um perfil de alinhamento ideológico traçado, um periódico pode ter em maior ou menor grau uma pluralidade de pessoas, de pensamentos e de posicionamentos, nem sempre convergentes e de fácil percepção no seu interior:

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independentemente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes, buscando evidenciar – e cativar – o seu público-leitor. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, pois há, nos bastidores de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., opinião pública e público. [...]. (LAPUENTE, 2016, p. 18)

Contribui a essa reflexão a tese de mestrado de Marina Salgado Pinto, *O desafio da floresta urbana: História do processo de arborização de Brasília (1960-1970)*, que também utiliza como fonte o *Correio*. Ao salientar que “[...] o conteúdo

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-braziliense> acesso em 27/10/2020

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-braziliense> acesso em 27/10/2020

*produzido pelas primeiras edições do Correio Braziliense, em particular a sua inaugural, contrasta com as ideias contidas nos comentários de ambas as seções: Visto, Lido e Ouvido e Carrossel de Brasília. [...]”* (LUCA, 2008, p. 141).

Assim, embora o CB tenha um alinhamento definido institucionalmente em defesa e exaltação da cidade, também dispunha de certa autonomia a seus associados. A exemplo da coluna *Visto, lido e ouvido* de Ari Cunha que, com um certo tom de ironia e sarcasmo, dava voz a população que tecia críticas e apontava problemas da cidade, sobretudo na cobertura de questões urbanísticas e administrativas.

No trabalho com periódicos, outra questão levantada por Luca (2008) é a necessidade de se identificar o público alvo do periódico, pois essa questão também constitui verdadeira mediadora daquilo que é publicado. Em relação ao *Correio Braziliense*, o funcionalismo compunha um segmento importante dos leitores do jornal, por conta disso havia um grande destaque para os assuntos relacionados ao funcionalismo público: moradia, transporte, educação, lazer e salário. No âmbito nacional, o enfoque era a política federal.

Dessa forma, compreendendo a fundação do *Correio Braziliense* em um contexto de celebração e legitimação da cidade, alinhada aos interesses daqueles que apresentam um discurso hegemônico a respeito de Brasília, e com o entendimento de Vidal (2009, p. 265) de que a “[...] fundação de cidade é uma oportunidade de reescritura da história do grupo fundador como a da nação.[...]”, faz-se frutífero o trabalho com o periódico em questão, pois “[...] O conteúdo semântico da cidade nova é, para o historiador, uma importante fonte para a compreensão da identidade cultural e das aspirações do grupo fundador [...]”.

Em posse do conhecimento de tais especificidades em relação ao trabalho com periódicos, e conhecendo particularidades da fonte e contexto aqui trabalhado, *Correio Braziliense (1960-1964)*, este trabalho pretende debruçar-se de forma mais consciente na análise de fonte que propõe, mas para isso outras fundamentações teóricas são necessárias.

Nesse sentido, Santos (2005) aplica a categoria de “*imaginário social*” de Bronislaw Backzo ao contexto dos debates “*mudancistas e antimudancistas*”. A autora argumenta que à frente a proposta da transferência do Distrito Federal, tema de grande repercussão social “[...] se intensifica a produção de imaginários sociais

*concorrentes e antagonistas*” e a invenção de “*técnicas de combate no domínio do imaginário*” (SANTOS, 2008, p. 49) é fomentada, compreendido estas enquanto construções e interpretações internas ao indivíduo a partir de suas vivências, experiências e sentimentos.

Aplicando a ideia de imaginário social a esse contexto e com o objetivo de trabalhar com noções mais precisas, Santos (2008) recorre aos termos “*imaginário mudancista*”, para se referir aos adeptos do projeto de JK, e “*imaginário antimudancista*” para compreender os indivíduos contrários ao projeto. A autora afirma ainda compreender que ao trabalhar com tais conceitos, generalizações e abstrações lhe são atribuídos, pois entre os adeptos ou não do empreendimento de JK existem os mais variados argumentos e alinhamentos. Entre esses sujeitos não existe uma homogeneidade de indagações e problematizações.

Compreendemos também que as narrativas e discursos encontrados nas páginas do *Correio Braziliense* podem nos fornecer pistas do que fora o “movimento retornista”, mas que estes discursos exprimem representações, o que “[...] *não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.[...]*” (PESAVENTO, 2008, p. 21), pois todo discurso é ideologicamente marcado.

A respeito desse fenômeno da representação, Roger Chartier, um dos mais importantes expoentes da história cultural afirma: “[...] *as representações do mundo social [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...]*” (1990, p. 17).

Neste trabalho, delimitamos nossa pesquisa às representações do “movimento retornista” nas páginas do *Correio Braziliense* (1960-1964). Essa é uma escolha, dentre inúmeras possibilidades de dialogar com esse objeto. À exemplo pode-se trabalhar o retornista através de consulta a outros periódicos que podem o apresentar sob outras perspectivas, com maior ou menor afinidade, acesso às atas de sessão do Congresso Nacional, possibilidade de se trabalhar com depoimentos orais, etc. Compreendemos ainda que o trabalho do historiador sempre é permeado por subjetividades, e o nosso ofício de diálogo com as fontes é condicionado por demandas e perguntas do presente. Parte-se de suas paixões e intenções, corrobora isso a célebre frase de Benedetto Croce (1866- 1952) para quem “*toda história é*

*história contemporânea*”.

Traçadas algumas reflexões a respeito do conceito de representação e o papel do historiador na pretensão de perceber e estabelecer narrativas e considerando as especificidades do trabalho com periódicos apresentadas anteriormente, acreditamos que pesquisar “[...] *lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio*” (PESAVENTO, 2008, p. 17). E ainda para a mesma autora, as representações estão inseridas em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade, por isso decorre que o real é um campo de forças e o mundo sério constituído pelos diferentes grupos sociais:

Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais. (PESAVENTO, 2008, p. 22)

A autora utiliza a categoria de “*poder simbólico*” de Pierre Bourdieu e reflete que no momento de estabelecer metodologicamente um diálogo com o *corpus documental*, faz-se necessário que o historiador compreenda a imprensa escrita enquanto lugar de privilégio na construção de simbólico definido por Bourdieu como:

[...] um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja, o sentido do mundo supõe um conformismo lógico, uma concepção homogênea que torna possível a concordância entre as inteligências. [...] Destarte, os símbolos são instrumentos de integração social. Enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (BOURDIEU, 1989, p. 8).

Nos sentidos já elucidados da construção simbólica e mitológica da cidade e de acordo com a argumentação de Oliveira (2005), este empreendimento justifica-se pela tentativa de legitimar o colossal projeto o construindo simbolicamente enquanto um anseio histórico da nação e também com objetivo de dividir o ônus entre toda a sociedade. Pierre Bourdieu fornece contribuição ao debate ao afirmar que:

[...] os símbolos são instrumentos de integração social. Enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. [...]" (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Consoante a esses conceitos entendemos que os discursos “[...] *dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais [...]*” (PESAVENTO, 2008, p. 22). Sobre a criação do poder simbólico através das relações de comunicação, Bourdieu (1989, p. 10) discorre que estas são marcadas pela imposição política dos grupos dominantes, de acordo com o poder material e simbólico que esses agentes ou instituições possuem “[...] *enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. [...]*” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

A partir de tais reflexões sobre categorias fundamentais para o trabalho com fontes primárias e pesquisa em periódicos, esperamos estabelecer um diálogo com as fontes com subsídios de forma consciente e metodológica. Compreendendo-as enquanto representações de imaginários em torno da transferência da capital e as nuances do papel da mídia na construção do simbólico e suas relações com o poder.

## 2.2 Ponto de partida: O “Levante da Turma da Boa Vontade”

O ano de 1964 constitui um momento conturbado na história brasileira, marcado por tensões sociais e as incertezas políticas dos anos pós JK, com o curto e conturbado mandato de seu sucessor Jânio Quadros, e as tensões em torno do vice João Goulart e suas reformas de bases, que culminam em um golpe militar e uma ditadura que durou mais de duas décadas. No contexto local, esse período é conhecido como “tempo das prefeituras”, marcado por disputas de atribuições entre a Prefeitura, Novacap e Governo Federal. No Distrito Federal essa crise de 1964 é acrescida de novos fatores, como as contradições entre a cidade imaginada e a vivenciada, o crescente desemprego causado pela diminuição do ritmo das obras e a

remoção de habitações provisórias e vilas de operários, o que aprofunda desigualdades sociais e espaciais.

Nesse sensível contexto nacional e local, na edição do dia 19 de março de 1964, o *Correio Braziliense* apresenta uma série de reportagens a respeito do “Levante da Turma da Boa Vontade”<sup>20</sup>. O editorial daquele dia nos apresenta um momento de agitação social e protestos em diferentes localidades do Distrito Federal, tendo como ponto máximo a depredação da Subprefeitura do Núcleo Bandeirante, além de manifestações violentas registradas em Taguatinga e manifestações na Esplanada dos Ministérios.

Nessa edição, que serve de ponto de partida para a pesquisa, encontramos na primeira página a manchete *Retornistas estimulam crise em Brasília* e relações são traçadas entre os “retornistas” e o “Levante”, episódio este, descrito como de “desusada agressividade”. O texto ainda aponta, em tom sarcástico, a “estranha coincidência” de que, simultaneamente à agitação social na cidade, ocorreram boatos de que, no Congresso, às 16h, os líderes partidários promoviam uma reunião a portas fechadas para deliberar o retorno da capital ao Rio de Janeiro. Boato esse que, segundo o *Correio Braziliense*, teria agitado ainda mais os manifestantes. Os ânimos só parecem ter-se acalmado quando vem a público um pronunciamento do Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli desmentindo os boatos e declarando que as mesas da Câmara e do Senado não estavam reunidas para deliberar o retorno da capital. O Presidente acrescenta ainda que “*A sede única do Poder Legislativo, como dos demais Poderes, é Brasília, e aqui o Congresso está trabalhando.*” (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964).

Na mesma edição há especulações de que entre os populares haveriam “agentes retornistas infiltrados”, momento em que o *Correio* aproveita a situação para mais uma vez afirmar seu comprometimento com a consolidação da cidade “*Tendo ou não havido infiltração de agentes do retornismo nessas manifestações, seja válida a oportunidade para que proclamemos, mais uma vez, a irreversibilidade da capital [...]*” (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964). Dessa forma, nessa relação traçada pelo *Correio* entre o retornismo e o “Levante” temos um de nossos primeiros contatos com o objeto.

---

<sup>20</sup> A apresentação do movimento será pormenorizada no capítulo 3.

Com o objetivo de responder às questões iniciais de pesquisa e formular novas, recorreremos à continuidade da pesquisa pela representação do movimento no *Correio Braziliense*, por motivos apresentados posteriormente, delimitando aos anos de 1960-1964. A partir das primeiras leituras que fizemos dos trechos coletados, sob a compreensão que os discursos com que trabalhamos são representações de imaginários favoráveis e contrários à consolidação da cidade, percebemos padrões. Dentre eles de que a cobertura do “*movimento retornista*” pelo *Correio Braziliense* era feita quase que exclusivamente através da transcrição de discursos de congressistas, manchetes e editoriais contrários ao retorno e repudiando o movimento. No periódico não há espaço para a fala dos sujeitos dito retornistas, embora cite nome de deputados que seriam adeptos da ideia, como Benjamin Farah e Amaral Neto, e também é dado pouco espaço de fala e opinião a outras camadas da população, como os operários.

Compreendemos que a imprensa escrita é um local de privilégio na veiculação de discursos e para a construção do *poder simbólico*. E que todo discurso é ideologicamente marcado de acordo com as intencionalidades, paixões e sentimentos de seu agente e que nessa estratégia de sobrepor seus interesses, fatos são omitidos e outros realçados a sabor de interesses.

Diante desse silenciamento dos retornistas nas páginas do *CB* e da vigorosa cobertura do movimento, constatando uma ameaça e um iminente perigo, a princípio dá-se nas páginas do periódico a impressão, de que os protagonistas da trama estão a lutar contra um espectro, um oponente não visível, que causa medo, mas que não se sabe sua verdadeira face e intenções. Nesse sentido, escolhemos para compor o título deste trabalho o termo “*fantasma*”<sup>21</sup>. Não significa que aqui entendemos a não existência de falas de sujeitos retornistas, mas partimos da hipótese de que nas páginas do *Correio Braziliense* a cobertura do movimento, com a ausência de seus expoentes e da constante sensação de medo do retorno da capital, é utilizada com propósitos específicos a serem estudados.

Partimos da hipótese de que o retornismo se constitui como referente histórico de continuidade em relação ao anti-mudancismo, abordado em alguns trabalhos.

---

<sup>21</sup> Para Luigi Pirandello: “*Todo o fantasma, toda a criatura de arte, para existir, deve ter o seu drama, ou seja, um drama do qual seja personagem e pelo qual é personagem. O drama é a razão de ser do personagem; é a sua função vital: necessária para a sua existência.*” Retirado do Dicionário Digital da Língua Portuguesa. Disponível em <https://www.dicio.com.br/fantasma/>

Dentre eles contribui especialmente a esse entendimento Santos (2008), ao debruçar-se exaustivamente sobre o diálogo entre o mudancismo e antimudancismo na imprensa escrita nos anos de construção da capital. A autora nos apresenta a existência de vigorosa reação oposicionista ao projeto de JK entre os anos de 1956 a 1960, revestida de argumentos sólidos e expressivos expoentes, como o periódico *Tribuna da Imprensa*, através principalmente de Carlos Lacerda.

Ao trabalhar com esse *corpus documental*, que a princípio parece explicitar mais sobre os agentes “anti-retornistas” do que sobre os ditos retornistas, acreditamos que a busca por mudanças, permanências, contradições, ausências e silenciamento nos discursos tornados oficiais sobre a cidade e em seu diálogo, ou monólogo, com retornismo pode contribuir para a construção de contranarrativas e o avanço no entendimento entre posições favoráveis e contrárias à fixação de Brasília como capital do país.

Dessa forma, orientamo-nos à guisa do consagrado “*paradigma indiciário*” de Carlo Ginzburg, segundo o qual o trabalho do historiador, assim como o de um médico ou detetive, é feito através da busca por indícios e pistas presentes no *corpus documental* analisado. Assim o historiador através de uma leitura com características próprias, embasada por metodologia específica, enxerga indícios imperceptíveis ao leitor, atentando-se inclusive ao que está implícito, às entrelinhas e assim tecer representações do que constituía realidades complexas (GINZBURG, 1989). Em nosso caso, o imaginário retornista nas décadas iniciais de 1960 e especialmente na cobertura pelo *Correio Braziliense*.

### 2.3 E segue a Batalha Brasília... do “antimudancismo” ao “retornismo”

Como já dissemos na Introdução, a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960 é revestida de simbolismos, já que não se tratava somente de inaugurar uma capital ou cidade, mas sim “[...] *um símbolo do Brasil moderno*”. *Não é uma cidade que deve ser legitimada, mas os valores que ela simboliza.*” (VIDAL, 2009, p. 258). Ainda segundo Vidal, todos elementos são teatralmente pensados e encenados. Busca-se apresentar um ponto de ruptura na história nacional e finalmente a passagem para a “era da modernidade”. Dentre os fatos que influenciam a escolha da data inaugural, para o autor está que “[...] *antes de qualquer coisa, Juscelino*

*Kubitschek faz questão de inaugurar ele mesmo a nova capital. Ora, a Constituição de 1946 fixa o mandato do presidente em 5 anos [...] devendo entregar o mandato a 31 de janeiro de 1961, Juscelino.*” (VIDAL, 2009, p. 259).

A data de inauguração é escolhida em homenagem a Tiradentes, figura construída simbolicamente como mártir da independência política do Brasil e elencando como personagem nos “antecedentes históricos de Brasília”. A data é fixada através de projeto de lei do deputado goiano Emival Caiado (UDN-Goiás), a princípio tal ato parece contraditório, pois este partido exercia o papel de principal opositor ao projeto de JK. Santos (2008) contribui para a compressão desse contra senso apontando que entre as disputas que se instauram em torno do projeto de JK estão as de caráter regional, conflitando interesses de segmentos cariocas versus goianos e mineiros. Não diferentemente essa “*Batalha de Brasília*”<sup>22</sup> “[...] *teria atingido em cheio a UDN* [...]” (2008, p. 125).

Acerca dessa crise no seio do partido, o *Correio Braziliense* (edição de 28/04/1960, p. 1), em artigo de título *Revoada Oposicionista* destaca que a partir de 1958 a UDN estava “[...] *dividida pelas dissidências, perdida em discussões internas* [...]”. E apresenta que inaugurada a cidade, enquanto os partidários do projeto Brasília podiam “[...] *apontar tranquilamente, as grandes obras do Sr. Juscelino Kubitschek* [...] *a UDN se divide, retratam-se os seus líderes, sucedendo-se crises, como partido marchasse para o total esfacelamento.*”. E conclui que os principais agentes políticos do oposicionismo, durante a construção e agora inaugurada a cidade, encontravam-se enfraquecidos e seriam quase inexpressivos diante do projeto epopeico de JK.

Entretanto, ao menosprezar a ação do principal partido oposicionista e de agentes oposicionistas ao projeto, contraditoriamente demonstra-se preocupação de que inaugurada a cidade esteja em iminência uma “*Revoada Oposicionista*”, conforme indica o título da matéria, e afirma que “[...] *seria de desejar que essas aves migreiras, de pouso incerta, encontrassem ninho em outro terreno diverso* [...]” (edição de 28/04/1960, p. 1). Essa representação de um antimudancismo agora articulado em torno do retornismo, como fraco e inexpressivo, perpassa as edições do *Correio Braziliense* entre 1960 e 1964.

---

<sup>22</sup> Expressão recorrente em periódicos contemporâneos a construção da capital e resgatada por (SANTOS, 2008) referindo-se às disputas de narrativas e interesses em torno da transferência da capital.

Nesses trechos encontramos dois elementos chave para compreender, nesse período subsequente à inauguração da cidade, o debate entre partidários e não partidários do projeto de JK. Um deles é a representação do “movimento retornista”, assim como do antimudancismo (1956-1960), apresentado em discursos tornados oficiais, como de pouca repercussão e sem argumentos plausíveis. Outro é que mesmo apresentando o marco de 21 de abril como algo irreversível e impermeável a críticas, o espaço e o tom dos discursos destinados pelo periódico para combater os opositoristas é contraditório em relação à enunciada “inexpressividade” do movimento.

Sobre o antimudancismo das décadas anteriores 1956-1960, Santos (2008) aponta que a “[...] promessa de edificação da felicidade nacional concomitante a edificação de Brasília [...] teve detratores ousados e competentes.” (SANTOS, 2008, p. 96) e que a principal polarização envolveu interesses goianos e mineiros contra cariocas, mas não somente esses. Mas não há uma homogeneidade de sujeitos e imaginários a cada grupo, pois, do lado dos apoiadores do projeto estavam não somente aqueles com interesses regionais, mas também imaginários que buscavam por uma modernização do país, e associavam o progresso nacional à construção de uma nova capital como ponto de interrupção do antigo e indesejado Brasil. Com isso pretendia-se inaugurar um novo tempo, uma era de modernidade que superaria tradições coloniais.

Mas também para os antimudancistas a aspiração de modernizar o país não era estranha. Segundo Santos (2008), apesar de não terem aderido ao projeto de JK, possuíam ideias e caminhos alternativos para modernizar a nação, entretanto ao contrário dos mudancistas que prezavam pela inovação e buscavam um ponto de ruptura na história nacional, acreditavam que a essa deveria ser alcançado sem abandonar as tradições de séculos do Rio de Janeiro que expressavam a “identidade nacional” e que deveria ser a sede definitiva do país. Ainda acreditavam que a “aventura de JK” poderia desencadear efeito contrário e fomentar ainda mais o “atraso” do país. Associado a esses medos e incertezas, dentro dos grupos opositoristas, Brasilmar Ferreira Nunes aponta quatro segmentos:

[...] um ceticismo quanto à capacidade de se construir uma cidade no “meio do nada”; dúvidas sobre a exequibilidade de sua construção em um único mandato presidencial; a inviabilidade econômica do projeto e, finalmente, um ceticismo popular que via no Planalto Central um

lugar irreal, habitado por índios – o que significava dizer, uma população que dificilmente poderia ser considerada “brasileira”. (NUNES, 2004, p.67 apud SANTOS, 2008, p. 157)

Já inaugurada a cidade, o elemento “irreversibilidade” da marcha de 21 de abril, pode ser questionado. Márcio de Oliveira em *Brasília: uma cidade ou uma capital à época de sua inauguração?* parte da hipótese de que, quando inaugurada, Brasília não tinha condições de ser uma capital, muito menos uma cidade. Isso nos aponta que a cidade não era tão “irreversível” assim como anunciavam seus defensores nas páginas do *CB*.

Discorrendo sobre os dias após a teatralidade da inauguração da capital, Oliveira (2006, p. 69) afirma que “[...] a partir do dia 22 de abril e, sobretudo, do dia 23, os principais atores sociais da República começaram a deixar Brasília após terem suspenso suas atividades políticas e administrativas.”. Ainda no dia 22 de abril o poder judiciário e Senado Federal suspendem suas atividades, retornando somente no dia 31 de maio de 1960. Segundo o autor esse era o “*prelúdio da campanha de retorno ao Rio*”.

Nesse momento, os principais argumentos contra a vinda para Brasília giravam em torno das condições de habitabilidade e inacabamento das obras. Na edição de 28 de abril de 1960, ainda na matéria *Revoada Oposicionista*, encontra-se o trecho:

Compreende-se que os senhores deputados e senadores gostassem de encontrar na nova capital as mesmas comodidades pessoais e para as suas famílias, que desfrutavam no Rio de Janeiro. [...] Afinal de contas, passar mal uma noite ou algumas noites, não é coisa de quebrar as costelas [...]. (Correio Braziliense, edição de 28/04/1960, p. 1)

Já em edição de sete meses após a inauguração, na seção destinada à cobertura política é transcrito discurso do Senador paraibano Argemiro de Figueiredo, sob título em letras garrafais *Retorno é traição ao povo e afronta à Constituição* demonstra ainda haver preocupação de congressistas em relação a habitabilidade da cidade e recusas em instalar-se em Brasília, o que é repudiadas pelo senador: “*Estranho e inexplicável seria se uma cidade nascente como está, com três anos apenas, tivesse já todas as condições de vida e de conforto [...]*” (Correio Braziliense, edição de 04/09/1960, p. 3).

Assim compreendemos haver uma ameaça real de não ocupação da cidade e pleno funcionamento do aparato político e administrativo, percebe-se a continuidade, expressividade e plausibilidade dos argumentos de agentes opositoristas, agora denominados retornistas. A respeito de tal problemática experimentada em torno da habitabilidade da cidade, Oliveira (2006) contribui ao acrescentar que, no dia 30 de junho de 1957, Israel Pinheiro, presidente da Novacap e encarregado das obras da cidade, envia ofício ao Presidente da Comissão da Mudança da Capital Federal da Câmara dos Deputados, apresentando relatório pormenorizado da situação atual das obras. Com objetivo de apontar que ainda durante o mandato de JK haveria condições para transferência e fixação do Congresso na nova capital. Entretanto:

A análise desse relatório revela que apenas os edifícios públicos tinham datas para término. As residências, todas elas para funcionários e membros dos três poderes, aparecem apenas indicadas, sem localização, tamanho, referências [...] à diferença dos palácios públicos (as residências), estavam a cargo de institutos da previdência, que talvez, o governo não deveria ter controle dessas obras [...]. (PINHEIRO, apud OLIVEIRA, 2006, p. 97)

Já no decisivo ano de 1959, Oliveira (2006) afirma que fora dada atenção especial para a inauguração e edificação da Praça dos três poderes e ministérios, enquanto as habitações ficaram em segundo plano. Em 30 de abril de 1959 em uma locução para a “*Voz do Brasil*”, Ernesto Silva, diretor da Novacap anuncia,

[...] que 2.200 unidades residências ‘estarão disponíveis em abril de 1960 e que outras 3.000 só ficariam prontas no final de 1960’. [...] com essas unidades, a Novacap esperava alojar uma população de 8 a 10 mil habitantes [...], muito aquém do número estimado pelos estudos realizados pelo próprio governo, que girava em torno de 20 mil, apenas os funcionários públicos e suas famílias.”. (OLIVEIRA, 2006, p. 101)

Oliveira (2006) ainda traz a informação de que a planta baixa da cidade publicada pela Novacap em 6 de fevereiro de 1960 apontava que de fato a prioridade da construção concentrou-se no núcleo político e administrativo da cidade, enquanto apenas o “miolo” da Asa Sul, uma das regiões destinadas a habitações, estava em etapa avançada de construção “[...] *Em relação ao setor residencial [...] 11,8% do número total das 90 superquadras projetadas, estavam terminadas. Isso para falar somente da Asa Sul, porque a Asa Norte, literalmente, não existia.*” (OLIVEIRA, 2006, p. 104).

Dessa forma, no momento de inauguração essa problemática torna-se elemento de principal preocupação e é explorado pela oposição ao projeto. À guisa dessas informações, Oliveira (2006) conclui que, em 21 de abril de 1960, Brasília não tinha condições de ser uma cidade, por conta da problemática habitacional, e nem uma capital, pela questão de não ter começado a funcionar nem a parte administrativa nem a política.

Nesse jogo de representações, os imaginários “anti-retornista” recorrem a novos e contraditórios argumentos. Ainda na edição já apresentada de 28/04/1960 lê-se:

[...] e se os senhores quiserem comparar a sua situação com a de milhares de brasileiros que, nesses últimos quatro anos, trabalharam para a construção de Brasília, com toda a certeza poderão tirar algum consolo. A menos que se considerem melhores do que os candangos e achem que não se lhes deve exigir o mínimo sacrifício para a realização de uma iniciativa de tão grande transcendência como é Brasília." (Correio Braziliense, edição de 28/04/1960, p.1)

Ao utilizar a figura do candango como estratégia persuasiva para a fixação de congressistas em Brasília, reitera-se a representação do Candango como personagem genérico presente em discursos e propagandas oficiais a respeito da cidade. Nelas eles “[...] figuram como personagens secundários e anônimos [...] os trabalhadores são compreendidos como uma categoria genérica [...]” (PORTELA E SILVA, 2020, p. 319). Nessas narrativas os operários não possuem rosto, história ou experiências. Mas faz-se por vezes “conveniente” resgatá-los como elemento simbólico, assim como o fora durante a construção.

Segundo Oliveira (2006), imediatamente após a inauguração JK inicia uma verdadeira “queda de braço” com diferentes agentes políticos que se recusaram a transferir-se para Brasília. Assim, ainda na mesma edição do *CB* exprime-se:

O presidente Juscelino Kubitschek já reuniu os seus ministros no Palácio da Alvorada, juntamente com os presidentes da Câmara e do Senado, a fim de juntos tomarem prontas providências, destinadas a criar condições imediatas para a prefeitura normalidade da vida dos deputados e senadores em Brasília. (Correio Braziliense, edição de 28/04/1960, p.1)

E essa disputa entre mudancistas e retornistas continua a desdobrar-se nos anos seguintes. E não só entre políticos há resistência, mas também entre servidores

públicos. Na edição de 04/11/1960 do *Correio Braziliense* é salientado que os servidores da Câmara possuíam desde o começo do ano comissão formada para acompanhar as condições da cidade e suas dificuldades e que "[...] antes lutaram contra a mudança uns oitenta por cento, o restante eram entusiastas da transferência." E em barganha com o governo "[...] os do Senado obtiveram a contagem em dobro do primeiro biênio, além de diárias correspondentes ao total do que recebem [...]. Os da Câmara conseguiram o dobro dos vencimentos [...]" (edição de 04/11/1960, p. 3).

Assim como a figura do candango, esses servidores, que ocupam um lugar de privilégio, são também citados como argumento para rechaçar a atitude de congressistas que resistiam a fixar-se em Brasília. E no sentido de reforçar os argumentos acrescenta-se ainda que "se não houve voluntariado para esses servidores [...] eles não querem retornar mais. São assim, os mais intransigentes adversários desse movimento" e refutam os deputados e senadores "[...] se temos condições para viver em Brasília, os deputados e senadores não são melhores do que nós: têm-nas, também" (*Correio Braziliense*, edição de 04/11/1960, p. 3).

Outro argumento usual, tanto nos anos precedentes à inauguração e agora resgatados para coibir os contrários a transferir-se para Brasília, é a representação do empreendimento enquanto anseio social de todos brasileiros e legitimado pelos antecedentes históricos. Vidal (2009) aponta que se trata de uma operação onde busca-se através da "refundação da história brasileira" conquistar dois objetivos: "[...] primeiramente legitimar a construção de Brasília na história do Brasil e no programa do nacionalismo desenvolvimentista [...]" (2009, p. 243) e também permite a obtenção da população brasileira e de todas as aspirações nacionais." Assim pretende-se distribuir o ônus do projeto entre toda população e legitimá-lo simbolicamente.

Assim, no *Correio Braziliense*, o senador Argemino de Figueiredo em discurso transcrito diz que "Quem nos mudou para esta terra foi a vontade dos nossos maiores que dormem na eternidade. Foram os Constituintes de 91, de 24 e 46. [...] O mandamento dos Poderes Constituintes, reiterados em diferentes etapas históricas." (*Correio Braziliense*, edição de 04/11/1960, p. 3). Essa estratégia de evocar o passado é um dos elementos mais importantes nas narrativas oficiais e tornadas hegemônicas sobre o Distrito Federal.

Segundo Oliveira (2005, p. 70), o presidente JK tomando Brasília como projeto pessoal "[...] procurou não apenas construir fisicamente a cidade, mas também a

*construir simbolicamente*". Apresentando-a enquanto um movimento de longa data, um processo histórico linear e irreversível. Esse conjunto de marcos e personagens constitui o que o autor chama de "*ideias mudancistas*", que resgata ideias e projetos que desde o século XVIII teriam antevisto uma nova capital. Entretanto ainda para o autor, embora possa se verificar que a ideia de interiorização do país não era realmente nova, não havia uma ligação tão evidente entre elas.

Ao discorrer sobre a criação de imaginários históricos mudancistas e antimudancistas, Santos (2007, p. 173) apresenta ainda ao quadro que não somente os mudancistas utilizaram discursos de resgate do passado para defender seu projeto e para legitimar e validar suas intencionalidades ao longo do tempo. Nesse passado tornado campo da "*Batalha Brasília*" os antimudancistas [...] *acentuam quase duzentos anos do progresso interno e de prestígio internacional que o Rio de Janeiro teria garantido à nação [...]*", privilegiando assim a questão da tradição, em detrimento da inovação de JK. E dentre outros argumentos como a corrupção, ritmo incompatível das obras, apresentavam JK como um Aventureiro, e que seu projeto que tinha como ambição a modernização do país poderia contraditoriamente atrasá-la.

Assim, embora menosprezado e omitido nas páginas do *Correio Braziliense* (1960-1964) percebe-se que o retornismo apresentou de fato um medo e perigo constante nos primeiros anos da capital. Fomentado pelas condições de habitabilidade da cidade após a "inauguração simbólica" de algo que não tinha condições de ser uma capital, muito menos uma cidade (OLIVEIRA 2006). Essa ameaça aprofunda-se com o final do mandato de JK, "*guia espiritual*" da cidade, e as incertezas em relação a seus sucessores. Diante dessa "*Batalha Brasília*", os mudancistas lançam mão de diversas estratégias combativas, especialmente no plano discursivo e simbólico de apologia à cidade.

#### 2.4 Brasília depois de JK: incertezas e medo

Com a aproximação do fim dos cinco anos de mandato de JK, que não poderia pleitear reeleição pois a constituição não permitia mandatos sucessivos, as incertezas em relação à Brasília aumentam. Kubitschek tomou para si o projeto Brasília como pessoal, apresentava a si mesmo como mentor e concretizador da cidade. E agora

com a iminência de um novo governo os imaginários retornista e anti-retornistas ficam em alerta.

Nesse cenário conturbado, até mesmo a “paternidade” do “movimento retornista” foi questionada. No Correio Braziliense, três meses antes do final do mandato de JK, lê-se na coluna *Close Up*, após se falar mais uma vez da inexpressividade e falta de argumentos dos opositores ao projeto que curiosamente enquanto se “[...] *supunha que o movimento tinha seu nascedouro entre os deputados que tenazmente se opuseram à construção de Brasília e à transferência da Capital, elementos da oposição pretendem atribuir a paternidade do retorno ao atual governo.*”. Essa ideia é rechaçada ao afirmar-se que feria o senso comum e questiona-se *“Por que haveria de temer o Congresso um Governo que para aqui o trouxe? um governo que vive os seus três últimos meses?” Admitir essa versão é contrariar a realidade.*” (Correio Braziliense, edição de 28/04/1960, p. 1).

Assim, entre essas tensões envolvendo o que viria a ser a cidade, até mesmo os que conduziram o projeto de transferência passaram a ser olhados com desconfiança. A partir desse momento, especialmente com a posse dos sucessores de JK e as incertezas em relação à consolidação da cidade, percebe-se que gradualmente o foco central das críticas ao retorno deixa de ser somente o Congresso, que passa a dividir o protagonismo com os “dissidentes” do Poder Executivo.

Com o fim do mandato de JK, seu sucessor Jânio Quadros e o vice João Goulart tomam posse em 31 de janeiro de 1961. Com a posse do sucessor Jânio Quadros, eleito com apoio de uma coligação liderada pela União Democrática Nacional (UDN), crítica ferrenha, desde o início do projeto de transferência, uma das primeiras medidas tomadas pelo novo presidente foi suspender várias obras, o que provocou uma onda de desemprego na capital recém-inaugurada. Algo que confrontava diretamente o sonho daqueles que vieram com objetivo de “fazer um pé de meia”<sup>23</sup>.

Apenas oito meses após a posse, o país é lançado em grande instabilidade política com a renúncia do novo presidente. Pelos preceitos da Constituição vigente, o vice-presidente João Goulart, conhecido como Jango, deveria assumir o governo automaticamente. “[...], *mas houve forte reação no meio militar, que não via com bons*

---

<sup>23</sup> Expressão utilizada por trabalhadores migrantes que viam a construção de Brasília como oportunidade de fazer uma reserva financeira e galgar melhores condições.

*olhos a posse do natural sucessor, devido à sua linha ideológica declaradamente de esquerda [...]*" (BEÚ, 2013, p. 20). E somente após longa negociação com as Forças Armadas, Jango recebe sinal verde para desembarcar em Brasília e tomar posse, mas cerceado por um "parlamentarismo arranjado de última hora".

O parlamentarismo foi marcado por instabilidades e em um curto período de tempo o cargo de primeiro-ministro teve três ocupantes: Tancredo Neves (set./1961 a jun./1962); Francisco de Paula Brochado da Rocha (jun./1962 a set./1962) e Hermes de Lima (set./1962 a jan./1963). O acordo ainda previa que no último ano do mandato de João Goulart aconteceria um plebiscito onde a população decidiria a respeito da continuação ou não do sistema de governo parlamentarista. A votação é antecipada para janeiro de 1963 e a população decide com 82% dos votos pelo retorno do presidencialismo.

Durante o parlamentarismo, em 1961, os agentes "anti-retornistas" empenharam-se em um movimento de procura e ataque à dissidentes, especialmente direcionado aos membros do Poder Executivo resistentes em transferir-se para Brasília. O Primeiro-Ministro Tancredo Neves é tomado como alvo em edição de 13/10/1961 sob o Título em letras garrafais *Repulsa À instalação no Rio do Gabinete do 1º Ministro*, apresenta que deputados pessedistas reunidos expressaram repulsa à instalação do Primeiro Ministro e mais quatro outros ministros no Rio de Janeiro. Os parlamentares deliberaram então uma "Convocação do 'Premier' Tancredo Neves para apresentarem seus repúdios ao ato e que "[...] a instalação do Gabinete do Primeiro Ministro no Rio, fato que poderia ser interpretado como um sintoma do retornismo do governo à antiga capital." (*Correio Braziliense*, edição de 13/10/1961).

Na mesma página, logo ao lado, encontra-se a coluna de Ari Cunha *Lido, Visto e Ouvido*, espaço caracterizado por dar fala a moradores da cidade, muitas vezes críticas, mas nitidamente com caráter pró melhorias para consolidação da cidade, e não a expoentes do retornismo. A coluna não se intimidava em tecer críticas a governantes e funcionários públicos, utilizando muitas vezes de tom irônico e sarcasmo. Neste momento, diante da repercussão da atitude do Primeiro Ministro, encontram-se as seguintes críticas: *"Lamentável a atitude do Sr. Tancredo Neves [...] o que deveria fazer, seria acompanhar o esforço de diversas repartições para a transferência total para o Distrito Federal."* (*Correio Braziliense*, edição de 13/10/1961).

Em tom de preocupação outro leitor afirma que *"Atitudes assim é que fazem florescer no Congresso movimentos como o de alguns deputados que estão querendo seis meses no Rio e outros seis em Brasília [...]"* e em tom persuasivo prossegue que propostas como essas só *"[...] servem para desmoralizar o Parlamento, que vem desfrutando de excelente reputação."* (*Correio Braziliense*, edição de 13/10/1961). Esse movimento de pressão sob dissidentes também no Executivo torna-se constante ao longo dos próximos anos.

Assim, inaugurada a cidade, há uma rearticulação dos imaginários envolvidos na *Batalha Brasília*, no bloco oposicionista vai-se do antimudancismo ao retornismo, e entre os adeptos do projeto, aqui denominados "anti-retornistas" passa-se a ser central as ideias de "consolidação" e "fixação". Diante do aprofundamento das incertezas, em decorrência da aproximação do final do mandato de JK e as dúvidas em relação aos ânimos que teriam seu sucessor em relação a Brasília, novos sujeitos viram alvo de ataques nos discursos pró fixação, especialmente membros do Poder Executivo que resistiam a instalar-se em Brasília. As especificidades em torno da questão da "fixação" e "consolidação" e a atuação de novos sujeitos, sobretudo populares e agentes locais, é enfocada no próximo capítulo.

### **Capítulo 3 – A BUSCA PELA CONSOLIDAÇÃO DA NOVA CAPITAL E O PROTAGONISMO DE AGENTES LOCAIS**

#### **3.1 A Batalha Brasília no tempo das prefeituras**

No *corpus documental* trabalhado, percebe-se que a partir de meados de 1962 novos argumentos e sujeitos entram em cena na *"Batalha Brasília"*. Nos imaginários "anti-retornistas", tornam-se palavras-chave a ideia de "consolidação" e "fixação" da cidade. Seus discursos nas páginas do *CB* também deixam de ser predominantemente marcados por conflitos e ataques a oposicionistas, e passam a girar principalmente em torno desses dois novos termos, através de cobranças às autoridades e da apresentação de ações no sentido da consolidação da Capital.

Essas duas novas tendências na *Batalha Brasília* podem ser verificadas na edição de 14 de novembro de 1962, em que o *Correio* apresenta a manchete *Rearticulação das forças do Bloco Parlamentar Mudancista*, seguida de um discurso

do deputado Emival Caiado, presidente do Bloco desde a sua criação, que afirma “*Vou rearticular as forças do Bloco Parlamentar Mudancista de modo a ampliar a sua área de ação com o firme propósito de consolidar Brasília e dar-lhe condições de pleno funcionamento.*”<sup>24</sup>.

Essa rearticulação do Bloco Parlamentar, que encabeçou a transferência da Brasília dentro do Congresso Nacional, agora em torno da questão da “consolidação” e “fixação” da cidade, é apresentada pelo deputado como necessária frente à “[...] *conspiração em marcha, contra Brasília, no sentido do retorno da Capital da República para o Estado da Guanabara ou, pelo menos, o retorno da Câmara dos Deputados, ou do Congresso Nacional.*” Durante a sessão, a preocupação e proposta do deputado goiano têm aderência dos parlamentares Último de Carvalho, Valério Magalhães, Alde Sampaio, Moacir Azevedo e Padre Vidigal. Essa reação e revitalização do Bloco Mudancista frente a reconhecida ameaça retornista constitui uma das mais contundentes evidências da continuação e expressividade da ameaça retornista.

Em reação à ameaça retornista, Caiado afirma que o Bloco Mudancista iniciará a sua “[...] *segunda etapa da batalha [...] que é a da fixação e consolidação de Brasília como Capital da República.*” Essa batalha seria travada em frentes que cobriam do Poder Executivo a concretização da cidade, através da transferência de todos órgãos públicos pertinentes a um capital, resolução dos problemas habitacionais, melhorias da infraestrutura e saneamento e etc.

Nesse período em que se buscava a consolidação e fixação da cidade, passa-se a ser predominante a cobrança por atitudes do poder público, na história do Distrito Federal, há uma tentativa de equilibrar competências e atribuições de esferas políticas-administrativas que parecem se sobrepôr. É o chamado “*Tempo das Prefeituras*”. Segundo James Holston em *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e a sua utopia*, assim como todo projeto, Brasília é pensada com objetivo de se romper com um passado indesejado e instaurar-se algo totalmente novo, nesse sentido as Leis *Orgânicas* de Brasília também são assim pensadas.

---

<sup>24</sup>A integralidade do discurso de Emival Caiado, proferido na sessão de 12 de novembro de 1962 na Câmara dos Deputados, pode ser acessada em uma Coletânea de discursos parlamentares favoráveis à Brasília, publicada em comemoração aos 50 anos da nova capital Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-defesa-da-consolidacao-de-brasilia> Acesso em 21/10/2021

Do ponto de vista político-administrativo, a organização concebida é algo inédito na antiga capital ou em todo o país. Numa das propostas mais radicais de *Lei Orgânica*, apoiada por JK, mas modificada pelo Senado Federal, negava-se aos habitantes da capital o direito à representação eleitoral em todas instituições públicas. Nessa proposta seus defensores sustentam que:

*[...] estas instituições devem ser dirigidas por um governador, em conjunto com uma comissão de senadores [...] dão ao presidente da República a prerrogativa de nomear, e demitir quando quiser, um governador, conforme leis promulgadas por uma comissão especial do Senado". (HOLSTON, 1993, p. 275).*

Essas propostas iam de encontro com os princípios de descentralização através de governos municipais em todo o Brasil. Segundo Holston (1993), a exposição de motivos apresentada pelo Ministério da Justiça em razão da proposição das Leis Orgânicas justifica essa organização sem representatividade da população do Distrito Federal pela necessidade de criar um "*clima de tranquilidade*" na nova capital do país. E prossegue expondo que os autores do projeto justificavam que: *[...] a alta inconveniência da coexistência de autoridades federais e locais, na capital federal [...] se fosse permitida uma representação parlamentar para Brasília, o governo federal poderia se ver em conflito com interesses locais, dentro de sua própria sede [...]* (HOLSTON, 1993, p. 275).

Embora tal proposta tivesse pleno apoio de JK, foi modificada pelos parlamentares. Ainda para Holston (1993) a versão final forneceu uma "*forma restrita de representatividade*". Prescrevia um governo local composto de um Prefeito, nomeado e demitido a qualquer momento pelo Governo Federal, Subprefeituras nas cidades satélites e a existência de uma Câmara composta por vinte membros eleitos pelo povo. Entretanto, na prática os poderes desses representantes seriam minados pelo poder de veto do Prefeito.

A eleição dos representantes do povo deveria ocorrer antes de outubro de 1962, provavelmente para não coincidir com as eleições parlamentares. E nesse meio tempo "*[...] o Distrito Federal seria administrado pela autoridade executiva da prefeitura e, do ponto de vista legislativo, pela autoridade de uma comissão especial do Senado.*" (HOLSTON, 1993, p. 276).

Entretanto, “por razões obscuras” a eleição dos vinte representantes previstos nunca ocorreu. E em consequência “[...] a suspensão temporária de direitos políticos passou a ser permanente, e a administração provisória tornou-se na prática, a base do sistema de governo do Distrito Federal.” (HOLSTON,1993, p. 276). Triunfando-se assim exatamente o que previa a proposta de *Lei Orgânica* mais radical.

Instituída a prefeitura pela Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, tendo como primeiro Prefeito, o então Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, três esferas de poder paralelamente influenciam e deliberam sobre o Distrito Federal: Governo Federal, Prefeitura e Novacap. Nesse jogo de atribuições, a partir de 1962 é notável a tomada de protagonismo da ação e reivindicações a agentes locais. Em edição de 25/05/1962 sob o título *Prefeitura Adota Providências para Atender a "Proclamação de Brasília"* é apresentado um relatório das medidas tomadas pela Prefeitura para atender as demandas de diversas entidades responsáveis lideradas pela Associação Comercial<sup>25</sup>. As entidades teriam emitido em conjunto documento intitulado *Proclamação de Brasília*, em que apontavam pontos vitais para a fixação da capital. Em resposta, a Prefeitura presta contas através de uma lista de medidas tomadas. A de “letra a” e talvez de maior importância informa que:

[...] a) A proposta orçamentária da União para 1963 entendendo a solicitação da Prefeitura, prevê recursos substanciais da ordem de CR\$ 22,5 bilhões de cruzeiros que permitirão programar obras e entrosar a Novacap com a Prefeitura, uma vez que está será entregue o auxílio federal. [...] (Correio Braziliense, edição de 25/05/1962, p. 8).

E ainda prossegue-se apontando a adoção de “*critérios técnicos para pagamentos e contratos com a Novacap*”, prioridade ao financiamento de casas populares, formação de um grupo de trabalho para elaborar plano de obras e etc. Esse trecho exemplifica o jogo de atribuições e um objetivo de “entrosar” a ação das três esferas de poder envolvido.

---

<sup>25</sup> A entidade surge a partir dos conflitos de interesses dos pós-inauguração para “[...] proteger as vantagens de classe concedidas aos empresários por um contrato com o governo. Quando estas foram ameaçadas, a associação consolidou seu poder político com base no poder econômico.”. (HOLSTON,1993, p. 255)

Outra matéria que elucida essa compreensão encontra-se na edição de 08/12/1962 sob manchete *Ivo de Magalhães dá Posse a Novos Secretários da PDF*<sup>26</sup>. Novamente, atores locais tomam protagonismo e o jogo de atribuições entre Prefeitura e Governo Federal aparece. Inicialmente, Ivo Magalhães agradece os recursos repassados pelo Governo Federal através do Presidente João Goulart para a fixação da capital e aponta o caráter “antipatriótico” daqueles que ainda atuam contra o projeto Brasília. Na cerimônia “[...] usando a palavra após terem sido lidos e assinados os termos de posse, o Sr. Ivo de Magalhães disse da responsabilidade que pesava sobre os ombros daqueles novos auxiliares.”. E prossegue elencando sobre qual linha de frente cada autoridade nomeada irá atuar no sentido de consolidação da cidade: Secretário de educação no sentido da realização do Plano Educacional; A Secretaria de Agricultura sobre o problema do abastecimento do Distrito Federal e fomentação da produção em Brasília; A pasta da Segurança e Interior caberá o “[...] problema das cidades satélites, ‘cujas populações vêm reclamando maior assistência em diversos setores [...]’” (*Correio Braziliense*, edição de 08/12/1962, p. 8) e etc.

Assim, neste período de sobreposição de atribuições e tentativas de equilibrar deveres e poderes de diferentes esferas políticas-administrativas com relação à consolidação da cidade, a ação de sujeitos locais toma protagonismo. Sobretudo através da Prefeitura, que passa a cobrar investimentos do Executivo e a direcioná-los. Ainda é constantemente pressionada nas páginas do *Correio* a prestar contas do que vinha sendo feito no sentido de concretizar a cidade e a capital. Nesse momento outros sujeitos locais também entram em cena, associado a consolidação e fixação, passa a se ler no *Correio* a evocação da “população”, “pioneiros”, “candangos”, “nordestinos”.

### 3.1 População, pioneiros e candangos

Outro elemento chave nos discursos pró-consolidação e fixação da cidade na década de 1960 é a evocação do trabalho árduo de “duas classes” de pessoas que na construção simbólica de Brasília são apresentados como representantes dos anseios nacionais: os pioneiros e candangos<sup>27</sup>. Sujeitos para com os quais o Brasil e

---

<sup>26</sup> Sigla para Prefeitura do Distrito Federal.

<sup>27</sup> Termos já problematizados e historicizados no Capítulo 1.

especialmente os congressistas retornistas deveriam reportar-se e com os quais possuem uma dívida moral em razão de seus esforços e sacrifícios despendidos durante a construção.

Os pioneiros aqui entendidos enquanto “[...] *funcionários públicos de alta e média qualificação, comerciantes, agricultores, entre outros.*” (BEÚ, 2013, p. 13), constituíam um grupo detentor de privilégios e com acesso a melhores oportunidades na nova cidade. Em narrativas hegemônicas desempenham na trama Brasília o papel de sujeitos virtuosos e são comparados aos “bandeirantes”. Esses sujeitos são os “desbravadores” responsáveis pelo empreendimento de fundar no coração do território uma nova era que representaria o início de uma fase de modernidade para o país.

Na edição de 08/02/1963 sob o título *Dia sim, Dia Não* uma matéria apresenta um episódio conflituoso entre parlamentares que disputavam moradias na cidade e reivindicavam melhores condições habitacionais, problema que perpassa pelos anos iniciais do Distrito Federal. Em seguida apresenta-se uma nota de pesar pelo falecimento do “pioneiro” Adalberto Ferreira do Vale, que é apresentado como um sujeito que tinha “[...] *uma tendência irrefreável para antecipar-se aos fatos [...] quando era total a descrença sobre a possível realidade Brasília, 1958, ele acreditou na Capital e instalou o primeiro hotel de classe da cidade.*” (*Correio Braziliense*, edição de 08/02/1963, p. 19).

Por fim, discorre que Adalberto fora “[...] *um pioneiro, um bandeirante [...]*”. Essa nova figura do bandeirante é apresentada em discursos hegemônicos enquanto figura mítica que possuía característica “[...] *análoga ao heroísmo transformado e corajoso dos bandeirantes paulistas [...]*” à procura do centro estava sendo tracejada como um *caminho da salvação*” (SANTOS, 2088, p. 182). Tal imagem é resgatada para repreender os sujeitos contrários à consolidação de Brasília. Nesse cenário eles são intimidados por possuírem um compromisso moral com os heroicos bandeirantes.

Em edição comemorativa aos três anos da capital, 21/04/1963, o *Correio Braziliense* abre espaços para homenagens e considerações a respeito de Brasília. Em uma dessas colunas é transcrita carta enviada pelo então reitor da Universidade

de Brasília, Darcy Ribeiro<sup>28</sup>, de título *Brasília precisa completar-se para poder cumprir seu desejo*. Darcy pondera que

*A alegria de festejá-la está em todos nós muito marcada da tristeza de saber que cresce tão lentamente e de forma tão injusta.*", e expressa consideração para com os "pioneiros" afirmando que *"Todos conhecemos dezenas de arquitetos, engenheiros, homens de empresa, capatazes que deram o melhor de si mesmo e tiveram suas mais puras alegrias nos dias heroicos de edificação.* (Correio Braziliense, edição de 21/04/1963, p. 1)

Ainda nas palavras de Darcy Ribeiro, demonstrando sensibilidade para com aqueles despossuídos de privilégio e marginalizados econômica e espacialmente pela nova capital, afirma que *"Às dezenas de milhares eles olham de longe a cidade parada, na esperança de que um dia retome o ritmo perdido e os convoque novamente ao trabalho"* (Correio Braziliense, edição de 21/04/1963, p. 1). E afirma considerar ainda esperar que o Executivo retome os investimentos da cidade a fim de concretizá-la e retome as obras públicas paralisadas que aprofundaram a precariedade de condições dos operários da construção civil.

Ainda em 1964, sob a manchete *Brasília Resiste*, repudia-se novamente o "movimento retornista" que partiria de *"[...] uma minoria parlamentar [...] ideia absurda, forjada nos corredores do Congresso Nacional pelo tédio ou pelo saudosismo de alguns Deputados e Senadores."* Em contraponto argumenta-se que partisse tal iniciativa *"[...] daqueles que moram em barracos, paga impostos, curtem necessidades, andam seminus e pés descalços, corridos por doenças morais e físicas, seria também, do mesmo modo, absurda, mas encontraria, contudo, alguma justificativa."* (Correio Braziliense, edição de 05/03/1964, p.4). A manchete prossegue apresentando que fora feita uma "enquete" e ouvidas "pessoas sensatas" da população que advertiram os deputados de que *"O povo não ficará à margem dessa iniciativa de interesse pessoal e dará a resposta na hora exata. Os "retornistas" não perdem por esperar."* Nesta edição, interessante é notar o espaço cedido para

---

<sup>28</sup> Darcy Ribeiro notabilizou-se por trabalhos acadêmicos nas áreas de educação, sociologia, história e antropologia. Ao lado de Anísio Teixeira, atuou para a criação da Universidade de Brasília. Darcy foi o primeiro reitor da Universidade (4 de janeiro de 1962 a 19 de setembro de 1962); foi ministro da Educação durante o Regime Parlamentarista do Governo do presidente João Goulart (18 de setembro de 1962 a 24 de janeiro de 1963) e chefe da Casa Civil a partir de 18 de junho de 1963, até 31 de março de 1964. Com a instauração da ditadura militar brasileira, foi um dentre muitos intelectuais que teve seus direitos políticos cassados e obrigados a se exilar.

peças comuns, operários, trabalhadores do comércio e autônomos para "repudiar" os "retornistas". Isso destoa do padrão esboçado até aqui da predominância de falas de congressistas e outras personalidades políticas e diante da generalidade em que são tratados esses sujeitos.

Talvez a propósito de mostrar-se oportuno, o primeiro a quem se dá fala é ao nordestino (termo destacado em negrito) Pedro Justino Araruna. O interlocutor narra que está em Brasília desde 1959 e é natural de Sergipe "*Amo tudo isto. Considero-me um filho deste Planalto Central e não deixarei que o toquem. Acaso esses Deputados estão desacreditando da fibra do nordestino?*" (*Correio Braziliense*, edição de 05/03/1964, p. 4).

Ainda utilizando da figura do nordestino, apresenta José Araripe Costa, natural de Recife e fotógrafo profissional, que segundo suas próprias palavras "*Chegou a Brasília puxando uma cachorra*". José afirma que inicialmente enfrentou uma crise de melancolia e saudades de sua cidade, mas trabalhou afincado em Brasília e ordena que "*Não toquem nessa menina bonita, porque os nordestinos que calejaram as mãos na construção, destes belos edifícios, poderão não gostar...*" (*Correio Braziliense*, edição de 05/03/1964, p. 4).

Assim como os nordestinos, compuseram também a força de trabalho nos canteiros de obras muitos mineiros. E recorrendo a esses como legitimação do anseio de fixação e consolidação apresenta-se a fala do mineiro de Três Corações Roberto Arruda Camargo, que afirma: "*Se mudarem a Capital do Brasil para a Guanabara, desmoralizando a todos nós que moramos aqui, deixando-nos humilhados e de cara no chão, esses deputados vão ver com quantos paus se faz uma jangada.*" (*Correio Braziliense*, edição de 05/03/1964, p. 4).

Dessa forma, com evocação de sujeitos que compõem a força de trabalho da concretização da "Cidade de Esperança", seja aqueles em situação privilegiada ou os trabalhadores braçais submetidos a condições adversas, procura-se a persuasão dos denominados retornistas. Ainda no sentido da atuação de agentes locais, inseridos num contexto nacional conflituoso e de polarização do pré-golpe de 1964, a história do Distrito Federal continua a desenrolar-se, revestida de especificidades que repercutem também na "Batalha Brasília".

### 3.3 Acirramento da polarização e declínio do “movimento retornista” nas páginas do *Correio*

Após a conturbada passagem de Jânio Quadros pela presidência, apenas oito meses, marcada por um refreamento do ritmo das obras em Brasília, o que provoca ainda mais tensão entre a imaginada “Capital da Esperança” e a real experiência vivida por aqueles que nela apostaram. A polarização política aumenta e o país se vê diante de uma situação delicada. Setores militares, empresariais e políticos não aceitam a posse do vice João Goulart, por associarem suas ideias ao comunismo. Nesse contexto de iminência de uma ruptura institucional que já vinha sendo ensaiada há algum tempo, por agentes contrários ao projeto nacional reformista por ele proposto, como solução oferece-se a Jango um “parlamentarismo arranjado” de última hora e o possibilita tomar posse da Presidência.

No Distrito Federal esse momento de crise também é repercutido, somando-se variáveis regionais, em especial, a questão do desemprego fomentado pela diminuição do ritmo das obras e o medo da “ameaça retornista”. Acrescenta-se a isso revoltas populares frente à ameaça de remoção de acampamentos e vilas operárias, anunciada como “humanização de Brasília”, desde a prefeitura de Paulo de Tarso, entre janeiro e agosto de 1961, durante o curto governo de Jânio Quadros. Entretanto, durante o mandato de João Goulart, no cenário nacional, continuam os constantes embates com os setores conservadores, opositoristas a seus projetos. Toda essa tensão social culmina em um golpe Civil-Militar em 1º de abril de 1964. O regime instaurado durou mais de duas décadas e foi marcado pelo autoritarismo, restrição à liberdade de expressão e perseguições políticas. Com o acirramento da polarização a partir do Governo de Jango, percebe-se um aumento no tom dos discursos de “anti-retornistas”. Ganha especial protagonismo nesse momento o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli, deputado paulista que presidiu a comissão formada por deputados para acompanhar e providenciar a transferência para a nova capital que se apresentava como morador e cidadão de Brasília desde o dia da inauguração.

Mazzilli presidiu a Câmara de 1958 a 1965, entretanto, percebe-se que especialmente com a sua recondução à Presidência desta casa em 1964, passou a ser personagem central para o discurso de consolidação e fixação da capital. No *Correio Braziliense* é dado extenso espaço para discursos e ações do deputado a

favor da capital. Logo após sua posse, na Edição de 12/03/1964 do CB, encontra-se em letras garrafais a manchete *Movimento Retornista Cessa com Reeleição de Mazzilli* e prossegue-se: “O movimento retornista articulado por alguns congressistas começou a esvaziar-se ontem, com a reeleição do Sr. Ranieri Mazzilli para a Presidência da Câmara.” (p. 8). É notável um otimismo justificado pelo fato de Ranieri já ter se posicionado contrário ao “projeto retornista” e também pelo restante da composição da mesa apresentar a mesma disposição.

No *Correio Braziliense* (Edição de 15/03/1964), transcreve-se um discurso de Mazzilli que é incisivo em defesa da capital: “*Brasília, como Capital da República, é a sede única do Congresso Nacional e dos demais Poderes da República*”. A partir desse momento torna-se predominante em seus discursos e também de outros agentes favoráveis à consolidação palavras de ordem e de tom mais persuasivo. Na mesma edição o Presidente da Câmara afirma subindo o tom que “*Seria muito bom que se pudesse encontrar um modo de compelir ao cumprimento do dever os que dele, no caso da mudança para Brasília, estão se afastando*” (*Correio Braziliense*, edição de 15/03/1964). O verbo “compelir” denota segundo o Dicionário de *Oxford Languages* o sentido de “fazer deslocar-se à força; empurrar, impelir, fazer agir sob coação”. Assim, a “*Batalha Brasília*”, nesse contexto de efervescência social que precede o golpe de 1964, toma características discursivas de caráter mais agressivo. Ainda na Câmara dos Deputados, o Líder da *Comissão de Manutenção e Consolidação da Capital*, rearticulada em 1962 a partir da antiga Comissão de Transferência, afirma que irá iniciar um movimento visando “*Liquidar de uma vez por todos*” o plano dos deputados retornistas.

Outros agentes, não só políticos, demonstram também subir o tom em defesa da consolidação de Brasília, como o religioso Padre Medeiros Neto que, na edição de 12 de março de 1964, declara estar disposto a sair de rua em rua, praça em praça, convocando o povo, em comícios, para impedir a volta do Congresso e afirma que “*Se não irá na Lei, nem na marra irá mesmo. A reação será violenta.*” (*Correio Braziliense*, edição de 12/03/1964, p. 8).

Mais uma vez, contraditoriamente ao espaço cedido pelo *Correio* aos imaginários “anti-retornistas” e também agora a subida de tom e discursos centrados em torno de termos mais agressivos como “compelir”, “liquidar”, fazer mudar os ânimos “na marra”, continua-se a menosprezar e afirmar a inexpressividade do

“movimento retornista” que seria “[...] alimentado pelos boatos de alguns parlamentares, não têm efetivamente qualquer consistência Congresso.” (*Correio Braziliense*, edição de 20/03/1964).

Nesse momento, ao contrário do anteriormente constatado, nome de alguns retornistas e até mesmo suas palavras são transcritas no periódico. Entretanto, como se tornou padrão, esses agentes são ridicularizados e quando indagados a respeito, retificam seus discursos. À exemplo, na edição que comemora a posse de Mazzilli e em que se apresenta a figura do deputado José Pedroso, que faria parte da minoria opositora ao projeto Brasília, o jornal anuncia que ele só viria a Brasília pleitear favores junto ao Ministro da Viação “*de quem é amigo*”, encontrando um modo de menosprezar a atitude do deputado ao referir-se a ele como somente de um “*Homem de Negócios*”. Já na edição de 20 de março de 1964, é dito que no dia anterior teriam corrido boatos pela mídia sobre discurso do deputado Carvalho Sobrinho, em que se afirmava ser ele favorável ao retorno e que esse estaria coletando assinaturas para tal. Entretanto, dado espaço à fala do deputado, ele afirma que “[...] *embora favorável ao retorno, não tomara qualquer iniciativa nesse sentido. Desmentiu que estivesse recolhendo assinaturas para o requerimento do retorno [...]*” (*Correio Braziliense*, edição de 20/03/1964).

No âmbito nacional, “*nesse momento de polarização, o clima era de radicalização crescente. Direita e esquerda mediam as suas forças*” (FERREIRA e DELGADO, 2003, p. 372). Em um polo estavam os grupos que defendiam reformas de base, e de outro, setores reacionários que em tempos de guerra fria associavam as reformas com um crescente medo de uma “ameaça comunista” e de infiltração de “agentes comunistas” na política e economia nacional. Ferreira e Delgado (2003) ainda afirmam que durante períodos precedentes de seu mandato, sobretudo em 1963, João Goulart adotou uma “política de conciliação” a fim de evitar uma escalada da crise política e social. Entretanto, setores da esquerda e direita não aderem, recusam-se a negociar. Jango se via então “isolado à direita, à esquerda e ao centro” e estava cada vez mais isolado politicamente.

Entretanto, a partir do início de 1964, a fim de romper com esse isolamento, Jango procura aproximar-se de setores da esquerda. Essa aproximação tem seu ápice ainda poucos dias antes do “Levante” em Brasília e do golpe militar. Em 13 de março o Presidente participou de um comício em que anunciou a retomada de seu

projeto inicial de reformas de base. Segundo Negro e Silva (2003, p. 56): “*O fomento da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e pessedistas constituiu-se com base nessa sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformista. E contra isso armou-se um golpe de Estado em abril de 1964.*”

Assim, a crise aprofunda-se ainda mais nesse momento em que as lutas sociais avançavam em um ritmo que assustava os capitalistas. Diversas greves e mobilizações sociais são deflagradas em todos os cantos do país. O que fomentava os imaginários que temiam a “ameaça do comunismo” e isso contribui para a articulação de setores oposicionistas à Jango, reunindo setores políticos, militares e empresariais, contrários aos seus projetos reformistas. Nas páginas do Correio essa polarização atinge seu ápice em 19 de março de 1964, no dia posterior ao episódio que nos trouxe até aqui: “O Levante da Turma da Boa Vontade”. Se referindo aos acontecimentos do dia anterior, o *Correio* afirma que “*Os acontecimentos de ontem mobilizaram quase toda a equipe do CORREIO para uma detalhada cobertura dos fatos - tal como o leitor está encontrando nesta edição*” (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964).

As páginas que se seguem, dedicando diversas manchetes, desde a capa, até o final, em letras garrafais, são marcadas por palavras como “fome”, “desemprego”, “agitação”, “desordem”, “tumulto”, “perturbação”, “baderna”, “movimentos subversivos”, “protestos”, “problemas sociais”, “populares exaltados”, “passeata monstro”, “crise”, “inquietação”, e etc. Como percebemos por estas fontes, nesse cenário de acirramento político, a crise também tem suas repercussões no Distrito Federal, acrescentando-se fatores de ordem local O refreamento da construção civil, especialmente com os sucessores de JK, gera grande desemprego e a situação econômica de alta inflação, soma-se a isso as ações a fim de impedir a continuidade de espaços de ocupação provisória como o Núcleo Bandeirante (então, Cidade Livre) e acampamentos que viraram vilas. Essa era a política de “humanização” da capital. Pauta que afetava diretamente a condição de vida dos menos favorecidos e que, associado ao “fantasma da ameaça retornista”, causava insegurança e incerteza àqueles que para a nova capital migraram em busca de novas oportunidades.

Todos esses fatores parecem atingir seu ápice em 18 de março de 1964. Na edição do dia posterior ao Levante lê-se “*Durante o dia de ontem, uma série de tumultos atingiu os núcleos satélites da Cidade Livre e Taguatinga, com milhares de*

*peças nas ruas.*" (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964). No periódico o movimento nomeado como "Levante da Turma da Boa Vontade" é caracterizado como "tumulto", "agitação", "desordem", dentre outras palavras.

Na coluna de Ari Cunha, *Visto, Lido e Ouvido*, uma pessoa lamenta que "*Brasília está vivendo dias de tremenda agitação, um fermento agitação das massas numa proporção avassaladora, enquanto as autoridades calam ou cruzam os braços*". Outro leitor, sob manchete *Centro de Greves*, afirma que a irrupção de greves tornou-se constante em Brasília nos últimos tempos, situação correlata no contexto nacional do período, e afirma ser "[...] *estranho que as 'paredes' tenham passado a se inspirar na subversão, tornando-se um fator de tumulto ou de desagregação da comunidade*" (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964). Ainda na coluna de Ari Cunha, um leitor afirma que a jovem cidade que deveria romper com antigas tradições e inaugurar uma era de modernidade para a cidade brasileira deveria constituir-se como um exemplo, e que toda a agitação social e conflitos minavam o prestígio do grande feito: "*As demais cidades brasileiras - que deveriam ter na Capital da República um brilhante e novo exemplo, no trato dos problemas sociais, não podem mirar-se na conceituação de vida da mais jovem cidade do mundo.*" (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964).

No seio da agitação do dia 18 de março, boatos sobre a ameaça retornista agitam ainda mais as massas. O *Correio* e autoridades afirmam que boatos foram semeados por "agentes infiltrados": "[...] *coincidentemente, ao mesmo tempo, ganharem corpo os rumores de que estaria iminente o retorno do Congresso para a Guanabara ou sua mudança para São Paulo.*" (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964). O que seria temido não só por setores políticos que encaminharam a transferência da capital, mas também por aqueles que migraram para a nova cidade em busca de novas oportunidades, sobretudo os operários. A esse respeito, o *Correio Braziliense* afirma em uma manchete que se trata de um movimento *Contrário aos Melhores Interesses Nacionais* e que:

O povo está nos olhando, o povo nos vigia [...] a fuga de Brasília demonstraria a falta de fibra de todos nós e isto iria desmoralizar o Parlamento perante a Nação. Não podemos absolutamente sequer acreditar que estas propostas estejam sendo feitas seriamente. O que falta realmente é uma dose de bom senso e de compreensão. (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964).

Fomenta ainda mais o medo do retornismo o “boato” de que às 16h o Congresso teria encerrado suas sessões para secretamente os deputados e senadores discutirem o retorno a Guanabara ou a instalação provisória do parlamento em São Paulo. Os ânimos e o medo só diminuem com o pronunciamento de autoridades federais e locais negando a deliberação a respeito e rechaçando tais ideias. Para a equipe do *Correio*, Ranieri Mazzilli afirma que a reunião teria sido para “estudar o contexto nacional” e proclamar que Brasília é “irreversível”.

Manifesta-se também o Consultor Geral da República Waldir Pires acrescentando à reportagem do *Correio* que “[...] a transferência do governo jamais foi cogitada pelo presidente porque Brasília é uma tradução dos anseios do povo brasileiro, e ainda o imenso esforço financeiro que o país fez para construir Brasília seria desperdiçado” (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964). No âmbito local, autoridades também teriam se reunido para deliberar a respeito de como enfrentar a agitação na cidade e acalmar os ânimos quanto aos “boatos sobre o retornismo”. A reportagem afirma que o Prefeito Ivo Magalhães, o Coronel Lemos de Avelar e seus respectivos assessores “[...] acertaram os pontos a serem abordados, visando a evitar a eclosão de um movimento de proporções maiores e particularmente a tranquilizar a população do Distrito Federal que, durante todo dia de ontem, permaneceu em sobressalto.” (*Correio Braziliense*, edição de 19/03/1964).

Nesse contexto de acirramento de conflitos, percebe-se, de um lado o posicionamento de autoridades entusiastas com a concretização da cidade enquanto um momento de transição para uma era de modernidade, atribuída enquanto confluência de desejo de toda a sociedade, e a fim de acalmar os ânimos da população reafirmando o compromisso com a consolidação da capital. De outro lado, a população também é lembrada e elencada como argumento pró-consolidação de Brasília. Entretanto é questionável o alinhamento entre os anseios dos que protestavam contra a “fome” e o “desemprego” na “Capital da Esperança”, e buscavam condições mínimas de saneamento e habitabilidade, com os setores que pensam a cidade enquanto transição para um Brasil moderno. De fato, a “ameaça retornista” também despertava medo a esses sujeitos, isso poderia acarretar ainda mais pauperização dos habitantes da cidade, mas durante o “Levante” nos parece plausível afirmar que aqueles sujeitos se orientavam por necessidades urgentes e primária,

inferindo que, dificilmente as suas demandas poderiam acionar os mesmos termos que pensavam os idealizadores da nova capital.

Na edição do dia seguinte (*Correio Braziliense*, edição de 20/03/1964), sob manchetes *Nova onda de agitação em Taguatinga* e *Omissão do Governo*, faz-se a cobertura das manifestações populares que tiveram continuidade no dia 19 de março. Nas opiniões do corpo editorial e também na transcrição de falas de diferentes setores da população percebe-se preocupação e medo com a agitação na cidade e a ameaça à sua consolidação fomentada “*através de boatos que não possuem a menor consistência*”. Já sob a manchete *Cessou os protestos: Operários conseguem trabalho*, apresenta-se otimismo em relação ao fim dos protestos populares através da enunciação de um plano de construção de 810 km de vias que seriam utilizadas para escoamento de produtos, o que “*tiraria do ócio a grande massa de desempregados*” e assim acalmando os ânimos dos manifestantes.

Já na edição de 21 de março, o *Correio* continua a apresentar preocupação com o levante popular e um tom de otimismo em relação às ações destinadas a gerar emprego. Sob a manchete *Providências Básicas para o Aproveitamento de 5.800 Desempregados em Nova Frente de Trabalho*, apresenta que ainda no dia 20, houve uma série de conferências com a participação de autoridades locais: “*O Chefe do Gabinete Civil, prof. Darcy Ribeiro, Prefeito Ivo Magalhães, o Chefe da Polícia, coronel Lemos de Avelar, dirigentes sindicais e líderes populares [...]*” (*Correio Braziliense*, edição de 21/03/1964). E por fim apresenta a chegada a um acordo que “*poria fim aos motins, que há três dias vinham convulsionando toda periferia do Plano Piloto*”. A cobertura pelo *Correio* do acirramento da polarização no Distrito Federal atingiu seu ápice nos dias seguinte ao Levante, 19, 20 e 21 de março de 1964, e enfim perdendo espaço nas edições seguintes para matérias relacionadas aos conflitos que desencadearam o Golpe de 1964.

Sendo assim, compreendemos que as edições que cobrem o Levante, constituem um marco em nossa pesquisa: percebe-se o ápice de tensões decorrentes das contradições da nova capital e o medo diante das incertezas provocadas pelo “fantasma do retornismo”. Após esse período, especialmente a partir da instauração da ditadura militar, há mudanças na cobertura do movimento pelo *Correio*, nos meses seguintes pouquíssimas menções às palavras chaves associadas a ideias retornistas são encontradas, ao contrário da intensidade dos anos precedentes.

Em edição de 29 de setembro de 1964 sob a manchete *‘Sede Definitiva do País*, lê-se: “[...] já caem em silêncio as vozes divergentes. Brasília [...] O retornismo é, assim, uma tese mesquinha, quase invisível [...] os algozes que se acobertam entre as sombras, com medo do progresso, que é uma lei imutável da História.” (*Correio Braziliense*, edição de 29/09/1964). Retornando à cidade enquanto conjunção interesses da nação, resgata-se o argumento de um processo histórico irreversível, aquele mesmo forjado pela evocação de marcos e personagens do passado e encadeados em um sentido linear que teriam brilhantemente antevisto a capital, condição necessária para a modernização do país e enfim a prosperidade. Segundo argumentos já apresentados, Vidal (2009) discorre que essa estratégia de criação simbólica da cidade busca conferir a ela um caráter de impermeabilidade diante das críticas.

Com o golpe militar, percebe-se uma ruptura da atenção dada ao retornismo nas páginas do *Correio*. A partir desse momento, e especialmente no ano de 1965, os poucos retornos no mecanismo de busca da Hemeroteca Nacional, e através de pesquisa por manchetes em geral, o que se encontra nesse período, é uma caça aos membros de executivo do “Governo Revolucionário”<sup>29</sup>, que não teriam se instalado em Brasília e cobrança de ações concretas ao chefe do executivo.

Um dos principais alvos dessas reportagens é o ministro da indústria e comércio, que se mostrou resistente a instalar-se na nova capital. Em edição de 8 de abril de 1965, sob a manchete *Uma definição*, afirma-se que “Os omissos, os que dizem não poder viver em Brasília, prestam mau serviço ao País [...] O ministro da Indústria e Comércio, Sr. Daniel Franco, parece-nos o mais obstinado [...] proclama não suportar a sede legítima da República.”. Em seguida, argumenta-se em favor da consolidação da nova capital, elencando novamente os antecedentes históricos da cidade e a ação dos personagens centrais da trama que encarnaram o anseio social de Brasília.

Em algumas edições, como na de 8 de abril de 1965, em que se apresenta a votação na Câmara de liberação de verbas para a transferência do Ministério da Indústria e Comércio, encontram-se proposições parlamentares e do Executivo pleiteando verbas para a transferência de órgãos à Brasília. E torna-se frequente a

---

<sup>29</sup> Expressão utilizada pelo *Correio Braziliense* para referir-se ao regime instaurado com o Golpe Militar de 1964 no Brasil.

cobrança do *Correio Braziliense* ao marechal Castelo Branco, primeiro dos militares que se revezaram no poder durante os anos ditatoriais, pela consolidação da cidade:

Estabeleceu-se, ultimamente, uma contradição face a política de ultimização de obras do Distrito Federal: enquanto o Presidente da República, com a serenidade e o equilíbrio que identificam suas atitudes, considerava-se ‘habitante de Brasília’, áreas da administração federal tomavam medidas irreverentemente contrárias a esta cidade. (*Correio Braziliense*, edição de 22 de julho de 1965)

Ao explorar as contradições entre a postura do chefe do executivo, que se identificava como “cidadão de Brasília”, e membros do seu Governo que assim não se portavam, o *Correio* suscita um mal-estar entre Castelo Branco e seus subordinados que estariam o desautorizando. Assim também se percebe que a luta do *Correio Braziliense* contra o “fantasma do retornismo” não cessa no ano de 1964, como afirma algumas manchetes apresentadas anteriormente. O período segue na mesma linha de combater as ameaças a cidade e defender sua fixação, evocando pela ultimização de obras do Distrito Federal.

Neste trabalho, deliberadamente delimitamos nossos esforços sobre os primeiros quatro anos da nova capital (1960-1964), por ser nítida as novas nuances da cobertura do “movimento retornista” em momentos posteriores. Entre outros fatores que seriam necessários ser levados em conta para uma pesquisa desse período, a princípio percebe-se a diminuição da atenção dada ao retornismo, conjuga-se a isso a necessidade de compreender a relação e alinhamento do *Correio Braziliense* com o regime instaurado e deste com as atribuições e administração local do Distrito Federal e os personagens do Executivo.

Sendo assim, retornando a nosso marco inicial, o “Levante da Turma da Boa Vontade”, encerramos nossa pesquisa no conturbado março de 1964. Nesse período percebemos o acirramento da polarização em nível nacional e regional. Isso expressa-se também nos discursos transcritos nas páginas do *Correio*, nos quais palavras de ordem e de tom mais persuasivos tomam protagonismo. Boatos sobre o retornismo fomentam a agitação das massas durante o episódio do “Levante” e são veemente rechaçados por autoridades locais e federais.

## **Considerações Finais**

Partindo da cobertura do “Levante da Turma da Boa Vontade” no *Correio Braziliense*, encontramos representações dos imaginários envolvidos na “Batalha Brasília” nos anos imediatos à inauguração (1960-1964). Diante de interesses e alinhamentos do *Correio Braziliense*, é predominante em suas páginas a presença de narrativas que se tornaram mais conhecidas, expressas pelos imaginários daqueles que buscavam a consolidação da cidade no pós-inauguração. Entretanto, buscamos estabelecer com elas um diálogo sob ponto de vista crítico e buscando por contranarrativas, esmiuçando os discursos tornados oficiais em suas contradições, ausências e silenciamentos, através de uma leitura à guisa do *paradigma indiciário* de GINZBURG (1992), buscando por aquilo que está nas entrelinhas.

Partimos da hipótese de que o “movimento retornista” seja uma continuidade do antimudancismo dos anos de construção de Brasília, e compreendemos que o marco da inauguração impõe aos imaginários mudancistas e antimudancistas novas circunstâncias, o que exige rearticulações. A princípio, duas características mostraram-se centrais nos discursos “anti-retornistas”. Uma delas é a continuação da estratégia argumentativa que busca construir simbolicamente a cidade enquanto antigo anseio nacional e partilhado por toda sociedade: a evocação do passado a partir dos “antecedentes históricos de Brasília”. Com a inauguração, essa construção simbólica passa a girar em torno da consolidação da cidade e essa evocação dos marcos e personagens passa a ser utilizada contra os imaginários retornistas, que são interpretados como sujeitos antipatrióticos e para com esses antecedentes, acrescidos agora o trabalho árduo de pioneiros e candangos, teriam uma dívida moral que os obrigaria a abandonar objeções e instalar-se em Brasília.

Outra característica constante na cobertura do *Correio* é a caracterização do “movimento retornista” como inexpressivo e esvaziado no pós-inauguração. Entretanto, o amplo espaço e esforços cedidos no periódico para combater os retornistas nos demonstra contradições a respeito dessa representação. Entendemos que essa presença do tema no jornal, associada com a rearticulação do Bloco Parlamentar Mudancista em 1962, são evidências contundentes da expressividade e continuidade do movimento mudancista nos imaginários “anti-retornistas”.

A respeito dessa ameaça de não concretização da cidade, Oliveira (2006) argumenta que foi inaugurado um “símbolo”, que não tinha condições de ser uma capital, menos ainda uma cidade à época. As fontes analisadas permitem afirmar que

a cidade esteve sim a risco de não obter êxito na instalação do aparato administrativo e político essencial a uma capital. Logo no dia seguinte à cerimônia, teatralmente ensaiada, a cidade começa a esvaziar-se e no mesmo dia poder judiciário e Senado Federal suspendem suas atividades, retornando somente no dia 31 de maio de 1960. Esse seria um prenúncio do retornismo.

Nesse momento, os argumentos contrários à instalação em Brasília que, durante a construção, giraram principalmente em torno do entendimento do local escolhido como um deserto, com a preocupação com gastos excessivos, corrupção e questões políticas, passam a girar principalmente em torno da “questão de habitabilidade”.

Outro elemento sensível nesse momento é o término do mandato de JK e as incertezas em relação ao futuro da cidade sob um novo Presidente. Essas preocupações e medos concretizam-se e aprofundam a discrepância entre a cidade imaginada e a vivenciada logo com a posse do sucessor Jânio Quadros, quando se tem um refreamento das obras causando desemprego, em meio à política de “humanização da cidade” através da remoção de acampamentos e vilas de operários e a pauperização dos indivíduos. E aprofunda-se ainda mais com a conturbada posse de João Goulart, sob um parlamentarismo forjado às pressas diante da ameaça de ruptura institucional.

Diante desse cenário de incertezas, no *Correio Braziliense*, percebe-se o início de um movimento de busca e ataque a membros do Executivo que resistiam a instalar-se em Brasília. À exemplo o Primeiro Ministro Tancredo Neves, que demonstra resistência a instalar-se em Brasília e é conclamada a instalar-se na nova capital. Verificamos também uma virada de chave nos imaginários “anti-retornistas”, em que passa a ser constante as palavras “consolidação” e “fixação”.

A partir de 1962, toma protagonismo a ação de agentes locais. Proeminente é a ação do Prefeito Ivo de Magalhães, que diante uma situação de sobreposição de atribuições do Governo Federal, da Prefeitura e da Novacap diante de Brasília, passa a mediar essas esferas governamentais, pleiteando verbas e prestando conta de medidas pró-consolidação, que são cobradas pela população. Nesse momento, não só às autoridades, mas também à população do Distrito Federal é cedido espaço no *Correio*. Interessante é notar a utilização da figura do candango, sobretudo do nordestino, alçados a um lugar de fala por um uso que nos pareceu oportunista já que

contrariava o padrão de apresentação desses sujeitos nas narrativas em torno do retornismo. Até aquele momento, o povo do Distrito Federal estava ausente dos debates.

Já no conturbado ano de 1964, especialmente em março, nos dias anteriores ao golpe militar, temos um acirramento da polarização nacional que, no contexto do Distrito Federal, acresce-se especificidades locais que desencadeiam o movimento popular que constitui nosso ponto de partida: "O Levante da Turma da Boa vontade". Neste momento, manifestantes reivindicam soluções para a "fome" e "desemprego" e outros problemas sociais aprofundados pela crise social que vivia o país, sob o lema "Pão ou Morte!".

Segundo o *Correio*, durante as manifestações, boatos a respeito da articulação de congressistas para um retorno ao Rio ou instalação provisória em São Paulo agitam ainda mais os manifestantes. Segundo essas notícias da imprensa, os ânimos só se acalmaram quando autoridades nacionais e locais "desmentiram" os boatos e se apresentaram em defesa de Brasília.

Na cobertura do Levantepelo *Correio*, questionamos a apresentação de um suposto alinhamento entre o interesse dos populares que se manifestavam sob o lema "Pão ou Morte!" e as autoridades e agentes "anti-retornistas". Pois neste momento, os manifestantes, sob o lema "Pão ou Morte!", reivindicam soluções para questões urgentes, como a fome, desemprego e outros problemas sociais aprofundados pela crise social que vivia o país. A "ameaça retornista" e as incertezas a respeito do futuro da capital causam perplexidade aos populares, pois isso poderia acarretar ainda mais pauperização dos habitantes da cidade. Entretanto, durante o Levante os populares demonstram-se mais voltados para necessidades urgentes e primárias do que corroborando argumentos "anti-retornistas", que giram em torno da modernização do país e fixação da cidade como uma ruptura na história nacional.

Enfim, com o golpe militar de 1º de abril de 1964, percebemos de imediato novas nuances e características da cobertura do "movimento retornista" no *Correio Braziliense*. Por isso, delimitamos nossa pesquisa aos anos de 1960-1964, por entendermos que esse momento constitui um novo marco na disputa entre "retornistas" e os favoráveis à consolidação, podendo ser este momento reconhecido como mais um capítulo da chamada "Batalha Brasília".

## Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Kubitschek - desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BEÚ, Edson. **Os Filhos dos Candangos: Brasília sob o olhar da periferia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CEBALLOS, Viviane Gomes. **A construção histórica e historiográfica de Brasília**. Orientadora: Dra. Maria Stella Martins Bresciani. 2005. Dissertação de mestrado, Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**: Lisboa: Difel, 1990.

CRULS, Luís. **Relatório Cruls (relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil)**. 7a ed. Fac similar. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Disponível em: <https://livraria.senado.leg.br/relatorio-cruls-relatorio-da-comissao-exploradora-do-planalto-central-do-brasil-vol-22> Acesso em 12/10/2021

**Discursos em defesa da consolidação de Brasília**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-defesa-da-consolidacao-de-brasil>. Acesso em: 21 out. 2021

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (org.), **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.  
IBGE. **Veredas de Brasília: As expedições geográficas em busca de um sonho**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44769.pdf> Acesso em 12/10/2021.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica**. Revista de História Bilros, Fortaleza, p.11-29, 16 jun. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LUCCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio de periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALHÃES, L. R. **A Terra como Lugar (A questão fundiária no DF)**. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 5, n.10.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discursos Selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em <http://www.biblioteca.itamaraty.gov.br/novos-livros/2010-lingua-portuguesa/discursos-selecionados-do-presidente-juscelino-kubitschek> Acesso em 12/10/2021.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira, **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.

NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: uma cidade ou uma capital à época de sua inauguração?** Cadernos metrópole, [s. l.], ed. 15, p. 89-111, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica 2008.

PIZA, Daniel. **Machado de Assis: um gênio brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

PORTELA, Cristiane; SILVA, Anna. **Dossiê Enunciando Contra-hegemonias: Narrativas Candangas de Vaqueiros Voadores**. Em Tempos de Histórias: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília, ed. 37, 2020.

SANTOS, Michele dos. **A Construção de Brasília Nas Tramas de Imagens e Memórias pela Imprensa Escrita (1956-1960)**. 2008. 260 f. Dissertação (Mestrado) - 2018, Brasília, 2008.

SILVA, Raul de Andrada e. **“Os idealizadores de Brasília no século XIX”** Revista de História, ano XXVI, v. LII, n. 103, jul. /set., 1975.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

## Corpus Documental consultado na Hemeroteca Digital Brasileira

*Brasília Resiste.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 15 de março de 1964. Disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/13711](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/13711) Acesso em 12/10/2021.

*Brasília e a sinalização.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 3 de janeiro de 1962. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/6105](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/6105) Acesso em 12/10/2021.

*Brasília e Tumulto.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 19 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/13750](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/13750) Acesso em 12/10/2021.

**Correio Braziliense**, Brasília, edição de 20 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/13762](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/13762) Acesso em 12/10/2021.

**Correio Braziliense**, Brasília, edição de 21 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/13774](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/13774) Acesso em 12/10/2021.

CAMPOS, Queirós. Carrossel de Brasília. *Funcionários Contra o Retorno.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 04 de novembro de 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/2138](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/2138) Acesso em 12/10/2021.

CHAVES, Aloísio. *Brasília precisa completar-se para poder cumprir seu desejo.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 21 de abril de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/8814](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/8814) Acesso em 12/10/2021.

Close Up. **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 25 de setembro de 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/2056](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/2056) Acesso em 12/10/2021.

**Correio Braziliense**, Brasília, edição de 08 de dezembro de 1962. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/8992](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/8992) Acesso em 12/10/2021

*Dia Sim, Dia Não.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 08 de fevereiro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/9550](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/9550) Acesso em 12/10/2021.

*Ivo de Magalhães dá posse a Novos Secretários da PDF.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 08 de dezembro de 1962. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/8992](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/8992) Acesso em 12/10/2021.

Kubitschek, Juscelino. **Brasília amanhece.** **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 21 de abril de 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/1](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/1) Acesso em 12/10/2021.

*Movimento Retornista Cessa com Reeleição de Mazzilli.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 12 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/13673](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/13673) Acesso em 12/10/2021.

*Neo Mudancismo.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 13 de novembro de 1962. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/8797](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/8797) Acesso em 12/10/2021.

*Rearticulação das forças do Bloco Parlamentar Mudancista.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 14 de novembro de 1962. Disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/8814](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/8814) Acesso em 12/10/2021.

*Retorno é traição ao povo e afronta à Constituição.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 04 de setembro de 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/2138](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/2138) Acesso em 12/10/2021.

*Repulsa à instalação no Rio do Gabinete do 1º Ministro.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 13 de outubro de 1961. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/5410](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/5410) Acesso em 12/10/2021.

*Revoada Oposicionista.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 28 de abril de 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/176](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/176) Acesso em 12/10/2021.

*Prefeitura adota providências para atender a "Proclamação de Brasília".* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 25 de maio de 1962. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/7222](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/7222) Acesso em 12/10/2021.

*Sede Definitiva do País.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 29 de setembro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/19435](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/19435) Acesso em 13/10/2021.

*Uma definição.* **Correio Braziliense**, Brasília, edição de 22 de julho de 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/19435](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/19435) Acesso em 13/10/2021.